AJUSTE FISCAL LULA DESAUTORIZA O DEBATE SOBRE A REDUÇÃO DOS PISOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, MAS O GOVERNO CONTINUA PRESSIONADO A CORTAR GASTOS

ELEIÇÕES A INFLAÇÃO DE CANDIDATOS À DIREITA EM SÃO PAULO AFETA AS AMBIÇÕES DO PREFEITO RICARDO NUNES, CADA VEZ MAIS DEPENDENTE DE BOLSONARO

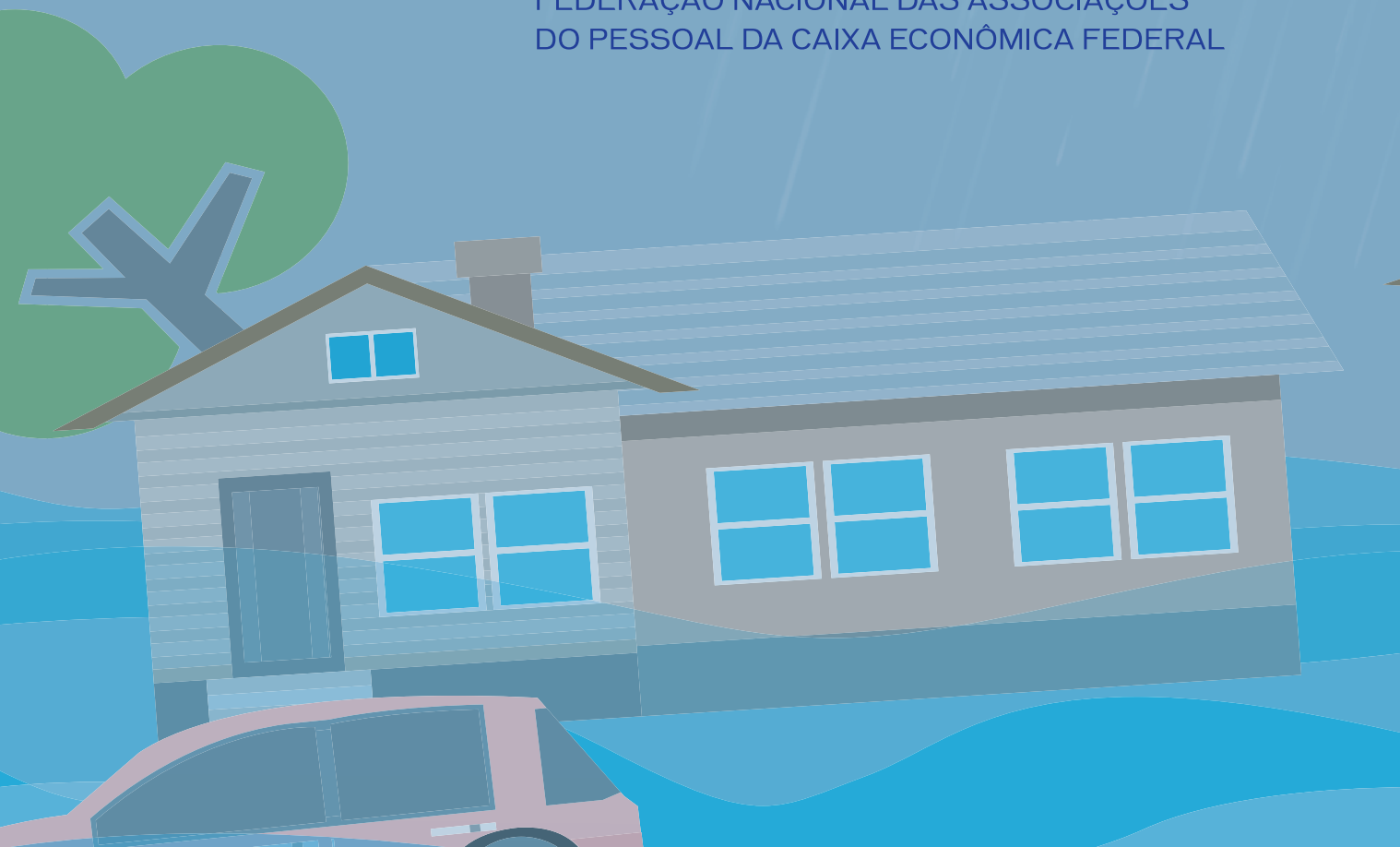
VADE RETRO

A MOBILIZAÇÃO FEMININA EXORCIZA, POR ORA, O "PL DO ESTUPRO"

CRIANÇA NÃO É MÃE!
ESTUPRADOR NÃO É PAI!
NÃO AO PL1904!

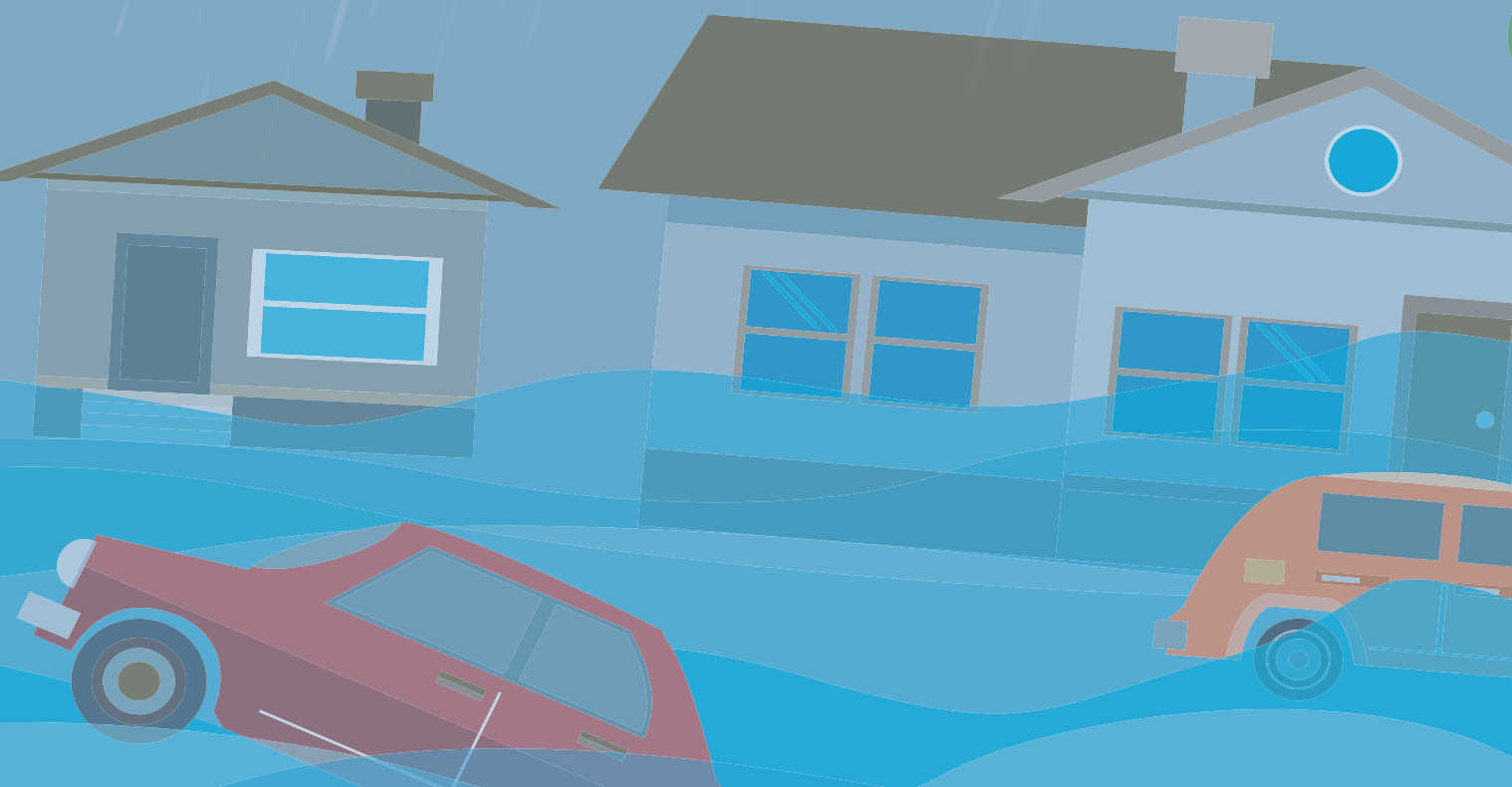
ANO XXIX Nº 1316 R$ 31,90
26 DE JUNHO DE 2024

Clube de Revistas

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O **Rio Grande do Sul** passa
pela maior catástrofe climática
de sua história.

Doe via **PIX** pelo
CNPJ 34.267.237/0001-55
(Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF)

Ajude as milhares de pessoas
desalojadas e desabrigadas!

CartaCapital
26 DE JUNHO DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1316

A entrada de Datena embaralha a disputa pela prefeitura paulistana. Pág. 24

6 A SEMANA

Seu País

20 VIOLÊNCIA Desde abril, ao menos cinco candidatos foram assassinados no País

23 ANTONIA QUINTÃO

24 SÃO PAULO A pulverização de candidaturas da direita atrapalha os planos de reeleição de Ricardo Nunes

26 MARAJÓ Mais de 15 mil alunos do arquipélago frequentam escolas sem saneamento adequado

28 PROJETO O *Brazil Talks*, da Universidade Stanford, pretende facilitar o diálogo entre os cidadãos com pensamentos divergentes

30 EDUCAÇÃO As ações do governo estão aprisionadas pela "pequena política"

Economia

32 ORÇAMENTO Aumenta o poder dos mais ricos sobre os recursos públicos

36 TECNOLOGIA A Inteligência Artificial embala empresas de todos os tamanhos

Nosso Mundo

38 EUA Hunter Biden volta a criar constrangimentos ao pai em plena campanha

40 ENTREVISTA Para o jornalista Alain Gresh, especialista em Oriente Médio, a violência de Israel é sinal de fracasso

44 FRANÇA Emmanuel Macron aposta o futuro do país nas eleições legislativas antecipadas

10 *VADE RETRO*
A MOBILIZAÇÃO DAS MULHERES FORÇA RECUO DA BANCADA FUNDAMENTALISTA E EXORCIZA, POR ORA, O "PL DO ESTUPRO"

Plural

48 A VOZ DA CULTURA
APÓS UM ANO E MEIO À FRENTE DO MINC, MARGARETH MENEZES GARANTE QUE A PASTA EXTINTA POR BOLSONARO REERGUEU-SE

52 IDEIAS Na corda bamba do equilíbrio fiscal 54 THE OBSERVER Percival Everett usa gênero policial para tratar de linchamentos e racismo 56 AFONSINHO 57 SAÚDE *Por Drauzio Varella* 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

Capa: Pilar Velloso.
Foto : Paulo Pinto/ABR

RODILEI MORAIS/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO E VALTER CAMPANATO/ABR

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

VERVE E ELOQUÊNCIA

A morte de Maria da Conceição Tavares é um acontecimento triste e lamentável. Já perdemos muitos brasileiros valorosos nos últimos tempos, na música, na literatura, na ciência, no jornalismo, mas essa me deixou sem chão. Imagino a tristeza de quem conviveu com ela mais estreitamente, a exemplo do professor Luiz Gonzaga Belluzzo. Ela fará uma falta enorme na discussão acadêmica, no debate aprofundado dos problemas macroeconômicos e conjunturais do País. Seus ideais de uma sociedade mais justa não foram derrotados. Sua coerência e seu vigor intelectual estão em nossas memórias e ainda podem ser aplicados. Viva a memória da professora Maria da Conceição Tavares para todo o sempre.
Paulo Sérgio Cordeiro

CORPORATIVISMO JUDICIÁRIO

Muito da desconfiança em relação ao Judiciário, nos últimos tempos, se deve às redes sociais, que veiculam "notícias" sobre desmandos e desrespeito à separação de poderes. O público leigo não tem conhecimento para diferenciar uma notícia verdadeira de uma falsa. Não que o Judiciário deva ser imune ao escrutínio público, nem seus membros não devam submeter-se ao controle externo, como qualquer servidor também está sujeito. Mas "certos interesses", como diria Leonel Brizola, trabalham com afinco para minar a confiança da população no Judiciário. E muitos magistrados, lamentavelmente, ajudam nesse trabalho.
César Augusto Hulsendeger

A PRAIA É NOSSA

A PEC das Praias trouxe à tona algo que deve ser discutido. Evidentemente, devemos dizer não à privatização das praias. Contudo, a gestão da União sobre essas áreas é inexistente. Transferir aos estados e municípios o controle sobre tais áreas e das verbas advindas delas me parece ser a decisão mais lógica.
Luiz Carlos Ferreira

DE BRAÇOS MEIO ABERTOS

Aos refugiados o Brasil diz: "Entrem, por favor. Sentem-se e sirvam-se à vontade". Mas onde estão as cadeiras e as comidas?
Williams Cantanhede

DE VOLTA AO BERÇO

O PT precisa reinventar-se e atualizar-se nas suas convicções. Modernizar o partido socialmente e economicamente.
Ziad Barakat

EM CAUSA PRÓPRIA

Disseram que o Brasil iria virar uma Venezuela. Pois bem, vejo que estamos caminhando para ser um Afeganistão com esse Congresso repleto de líderes a favor do retrocesso.
Luciano Beltrão

O golpe continua com Lira no Congresso e com Campos Neto no Banco Central. E a esquerda, impassível, assiste a tudo de camarote.
Wagner Pereira

A dita bancada evangélica, composta de fundamentalistas e oportunistas, tenta acabar com o Estado laico e transformar o Brasil numa teocracia como o Irã e o Afeganistão. Logo mais, quem sabe, vão instituir uma lei para obrigar as mulheres a usar burca, cobrindo até o rosto, como nos países acima citados.
Sylvio Belém

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Queima de arquivo

Acusados de envolvimento em um plano para sequestrar e matar o senador Sergio Moro, dois detentos foram assassinados, na segunda-feira 17, em um presídio de Presidente Venceslau, no interior paulista. Janeferson Aparecido Mariano Gomes, conhecido como Nefo, e Reginaldo Oliveira de Sousa, o Rê, estavam presos desde março do ano passado, após a Operação Sequaz, deflagrada para frustrar a suposta tentativa do PCC de realizar ataques contra autoridades. De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária do estado, três integrantes da facção assumiram a autoria do duplo homicídio, executado a golpes de canivete e punhal artesanal.

Justiça/ Por unanimidade

STF acolhe denúncia contra os irmãos Brazão pela morte de Marielle Franco

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade, na terça-feira 18, tornar réus os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão sob acusação de serem os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco em março de 2018. O colegiado também instaurou ação penal contra o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil, acusado de sabotar as investigações do crime, o major da Polícia Militar Ronald Pereira, que teria monitorado os passos da vítima, e o PM Robson Calixto Fonseca, assessor de Domingos Brazão no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, apontado como o fornecedor da arma usada na execução.

Os cinco réus enfrentarão a acusação de homicídio de Marielle e de seu motorista Anderson Gomes, além da tentativa de assassinato contra a assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu à emboscada. Eles também responderão por organização criminosa para a grilagem de terras com o apoio de milícias. Somente Rivaldo não é acusado por esse último crime. Responsável por homologar o acordo de delação premiada de Ronnie Lessa, executor confesso do crime, o relator Alexandre de Moraes rejeitou enviar o processo para instâncias inferiores do Judiciário. "Aqui há competência do STF", afirmou o magistrado, acompanhado no voto pelos demais colegas da Turma.

Chiquinho e Domingos Brazão são acusados de encomendar o crime

Educação/ CARGA HORÁRIA MAIOR

COMISSÃO DO SENADO APROVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O novo texto corrige distorções do modelo aprovado na gestão Temer

A Comissão de Educação do Senado aprovou, na quarta-feira 19, o PL 5.230, de 2023, que reforma o Ensino Médio no Brasil. O texto segue para o plenário da Casa. Após um acordo com o Ministério da Educação, chefiado por Camilo Santana, a relatora da proposta, senadora Dorinha Seabra, do União Brasil, retomou as 2,4 mil horas para a formação geral básica, com disciplinas como Português e Matemática. Desde 2017, com as mudanças da gestão de Michel Temer, são destinadas apenas 1,8 mil horas a esse grupo de matérias. O tempo restante, 1,2 mil horas, foi reservado aos chamados itinerários formativos, com um conjunto de disciplinas optativas.

Além de ampliar a carga horária, a relatora incluiu a obrigatoriedade do ensino de Espanhol, limitou a Educação A Distância a "casos de excepcionalidade emergencial temporária reconhecida pelas autoridades competentes", como ocorreu na época da pandemia, e restringiu a regra de aproveitamento de atividades extraescolares, tirando grêmios, cursos de qualificação profissional e trabalhos voluntários, deixando somente estágio, aprendizagem profissional, iniciação científica e extensão universitária. Por ter sido modificado pelos senadores, o texto deve retornar à Câmara dos Deputados.

RAFA NEDDERMEYER/ABR, GILBERTO MARQUES/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/GOVSP, MICHEL JESUS/AG. CÂMARA, ARQUIVO/ALERJ E LULA MARQUES/ABR

Investigação/ O tesouro de Bolsonaro

À PF, Mauro Cid diz desconhecer nova joia negociada nos EUA por emissários do ex-presidente

Em depoimento à Polícia Federal na terça-feira 18, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, disse desconhecer a existência de uma nova joia negociada por aliados do ex-presidente nos EUA, de forma irregular. A negativa era esperada. Caso admitisse ter escondido provas ou fatos relacionados ao caso, ele poderia perder os benefícios de sua delação premiada.

Suspeita-se que o item também tenha sido um presente recebido da monarquia saudita por Bolsonaro, do qual ele teria se apropriado ilegalmente. Diligências da PF nos EUA, em colaboração com o FBI, identificaram um joalheiro que teria sido procurado por emissários do ex-presidente com um objeto valioso, cujas gemas poderiam ser extraídas e vendidas separadamente, mas o negócio não chegou a ser concluído.

Até essa descoberta, a investigação mirava a negociação de dois *kits*: um batizado de "rose" (contendo relógio, anel, caneta, abotoaduras e rosário árabe) e o outro de "ouro branco" (com relógio, anel, abotoaduras e rosário árabe). O principal crime que pode ser imputado a Bolsonaro no caso das joias é o de peculato, uma vez que as joias em questão foram entregues de presente ao ex-capitão quando ele era presidente da República.

Se esconder provas, o militar corre o risco de perder os benefícios de sua delação

Brigadista do Ibama é executado a tiros

O ambientalista Sidiney de Oliveira Silva, de 44 anos, foi assassinado a tiros no sábado 15, na porta de sua casa. Ele morava na Aldeia Imotxi II, no interior da Ilha do Bananal, no Tocantins. Nenê, como era conhecido, trabalhava como brigadista do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) do Ibama. O contrato de trabalho temporário seria renovado neste ano. Ele vinha sendo ameaçado por fazendeiros e grileiros por impedir queimadas e invasões em terras indígenas na região. "Nenê era um símbolo na luta contra os incêndios florestais e na proteção da Ilha. Ele dedicou sua vida a proteger nossas florestas, a fauna e os indígenas", lamentou, em nota, a Associação de Servidores do Meio Ambiente, Ascema.

Indiciado pela PF/ MÃO NO FOGO

JUSCELINO FILHO SÓ SAIRÁ DO GOVERNO POR "DECISÃO PESSOAL", DIZ PADILHA

O presidente Lula parece disposto a manter Juscelino Filho em seu governo, mesmo após o ministro das Comunicações ter sido indiciado pela Polícia Federal. Ele é investigado pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e fraude em licitação, enquanto ainda ocupava o cargo de deputado pelo União Brasil. De acordo com os investigadores, ele participou do desvio de recursos da estatal Codevasf em obras na cidade maranhense de Vitorino Freire, comandada por Luanna Rezende, irmã de Juscelino, ainda durante a gestão de Jair Bolsonaro.

O ministro nega as acusações e pediu ao Supremo Tribunal Federal o trancamento do inquérito. Segundo ele, a PF baseia-se em um "emaranhado de ilações". "Vamos sempre primar pela presunção da inocência, até porque a gente já viu muita gente ser injustamente condenada publicamente e depois ser visto que não tinha qualquer responsabilidade sobre aquele fato", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para quem a permanência no cargo é uma "questão individual" do colega de governo. "O ministro Juscelino conta não só comigo, mas, certamente, com o presidente Lula, com todo o espaço para se defender, para provar sua inocência."

O ministro é investigado por desvios de recursos da Codevasf

Pena de morte

O Tennessee aprovou uma lei que permite a pena de morte de condenado por estupro de crianças. A regra entra em vigor a partir de 1º de julho, mas o estado não poderá executar as eventuais penas por causa de uma decisão de 2008 da Suprema Corte dos Estados Unidos, que proibiu a execução em casos semelhantes. O projeto do Tennessee é uma forma de pressionar o tribunal a rever a decisão. “Talvez a atmosfera esteja diferente na Suprema Corte”, afirmou a senadora Janice Bowling. “Estamos apenas a desafiar uma decisão.”

Israel/ Sem limites

Netanyahu dissolve o gabinete de guerra

Nada de novo no *front*. A saída de Benny Gantz, visto como moderado pelo Ocidente, era a oportunidade esperada por Benjamin Netanyahu e seus aliados de extrema-direita para dissolver o “gabinete de guerra” criado na sequência dos atentados do Hamas em 7 de outubro. De resto, o gabinete nunca passou de um biombo armado por Netanyahu para disfarçar a pouca disposição do governo de atender aos apelos por moderação nos ataques à Faixa de Gaza e por uma negociação realista de cessar-fogo. Era uma moeda de troca pelo apoio de Gantz ao massacre. A proposta de paz apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e referendada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas continua na mesa, mas o máximo que Israel aceitou foi reduzir a intensidade da incursão militar em Rafah, na fronteira com o Egito, para dar alguma segurança à ajuda humanitária. Ainda assim, a pequena concessão provocou a fúria entre aliados extremistas de Bibi. Durante uma reunião ministerial no domingo 16, relata a mídia israelense, o primeiro-ministro afirmou ter tomado decisões nem sempre aceitáveis pelo escalão militar. E justificou-se: “Temos um país com um exército e não um exército com um país”.

O primeiro-ministro não perdeu a oportunidade

Ucrânia/ FALTOU COMBINAR COM OS RUSSOS

REUNIÃO PELA PAZ NA SUÍÇA TERMINA SEM CONSENSO

O acontecimento histórico, segundo a definição otimista do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, não passou de um fim de semana de descanso para os representantes de mais de cem países. O encontro em um idílico hotel à beira de um lago nos arredores de Lucerna, na Suíça, a tal “cimeira da paz”, foi recheado de platitudes sobre a necessidade do apoio à integridade territorial da Ucrânia e de condenações à Rússia, mas esteve longe de oferecer termos que levassem a um consenso para pôr fim ao conflito de dois anos e meio. Como os russos, parte interessada nas negociações, ficaram de fora da cúpula, a China preferiu não enviar representantes. Os EUA foram representados pela vice, Kamala Harris. Índia, México, Arábia Saudita, África do Sul, Tailândia, Indonésia e Emirados Árabes Unidos não assinaram o documento final. O Brasil, que participou como observador, também não apoiou o comunicado. O chanceler saudita, príncipe Faisal Farhan al Saud, resumiu o desconforto desse grupo: “Qualquer processo legítimo necessita da participação da Rússia”.

Só Zelensky pareceu animado com a cúpula

ISTOCKPHOTO, PRESIDÊNCIA DA UCRÂNIA, JACK GUEZ/AFP E KENZO TRIBOUILLARD/AFP

União Europeia/ O centro à mesa

Ursula von der Leyen perto de um segundo mandato

Apesar de as ambições pessoais terem atrapalhado a primeira reunião, na segunda-feira 17, os líderes das três principais forças políticas da União Europeia, o centro-direita, o centro-esquerda e os liberais, estão perto de um acordo para a nomeação dos cargos mais importantes do Parlamento. A alemã Ursula von der Leyen, ex-ministra da Defesa de Angela Merkel, tende a ser reconduzida para um segundo mandato de cinco anos como presidente da Comissão Europeia. Haverá uma troca de cadeiras entre socialistas e liberais. Para o comando do Conselho Europeu, até agora ocupado pelo liberal francês Charles Michel, o favorito é António Costa, ex-primeiro-ministro socialista de Portugal. À frente da diplomacia da UE deve ficar Kaja Kallas, primeira-ministra da Estônia, em substituição ao espanhol Josep Borrell. Uma proposta dos liberais de compartilhamento dos mandatos no Conselho Europeu e na diplomacia (os escolhidos permaneceriam na função por dois anos e meio) virou um bode na sala, mas não tende a prosperar.

Von der Leyen perto de um novo mandato

A escola Bukele

O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, fez escola. Inspirada no "maior presídio das Américas", com capacidade para 40 mil detentos, obra de Bukele, a colega hondurenha Xiomara Castro anunciou a construção de um presídio um pouco mais modesto, com 20 mil vagas. Castro promete ainda uma reforma do Código Penal para equiparar os chefes de gangues a terroristas. O país vive em estado de emergência desde 2022.

Meio ambiente/ ACORDO HISTÓRICO

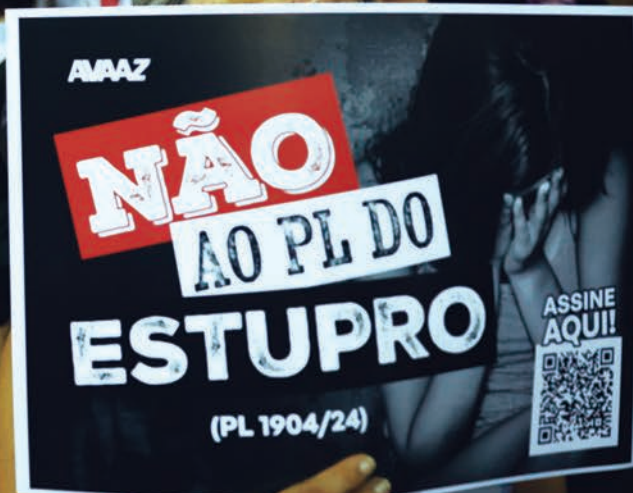
EUROPEUS APROVAM UM AMBICIOSO PROJETO DE RECUPERAÇÃO ECOLÓGICA

Foram meses de impasse, protestos de agricultores e críticas dos negacionistas. No apagar das luzes da atual legislatura, o Parlamento Europeu aprovou a lei de restauração da natureza, pilar mais controverso do pacto ecológico do continente. A meta é restaurar, até o fim da década, ao menos 20% das áreas degradadas em terras, rios, mares e oceanos. A legislação prevê dispositivos para reverter o declínio de polinizadores como as abelhas, recuperar as regiões produtoras de turfas e plantar 3 bilhões de árvores. "Hoje marca um dia significativo para a Europa, à medida que fazemos a transição da mera proteção e conservação da natureza para a sua restauração ativa", celebrou César Lucena, eurodeputado espanhol de centro-esquerda que liderou as negociações para a aprovação do projeto. Segundo a Agência Europeia do Ambiente, 81% dos habitats do continente estão em mau estado. Vinte países votaram a favor. Finlândia, Hungria, Itália, Países Baixos, Polônia e Suécia foram contra, por causa dos altos custos da recuperação. A Bélgica se absteve.

A meta é recuperar 20% das áreas degradadas

GRITO PRESO NA GARGANTA

A REBELIÃO DAS MULHERES CONTRA O "PL DO ESTUPRO" FORÇA RECUO DA BANCADA FUNDAMENTALISTA NO CONGRESSO PELA PRIMEIRA VEZ DESDE A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA

por FABÍOLA MENDONÇA

"Oh Arthur Lira, vá se f..., a mulherada não tem medo de você. Oh Arthur Lira, se liga aí, a mulherada vai fazer você cair." Este foi um dos refrões mais cantarolados em um protesto realizado na segunda-feira 17, nas ruas do Centro do Recife, contra o PL 1904/2024, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, com pena de 6 a 20 anos de reclusão. Intercalado com a palavra de ordem "Fora Lira!", o coro manda um recado direto ao presidente da Câmara dos Deputados e à bancada evangélica, que, depois da pressão das ruas e diante da repercussão negativa da proposta, começam a dar sinais de recuo na saga de criminalizar a mulher. Além do Recife, houve grandes manifestações contra o projeto em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, marcando a volta dos progressistas às ruas, espaço que vinham perdendo para a extrema-direita.

São Paulo, Rio de Janeiro e Recife abrigaram os maiores atos contra o PL 1904/2024, a equiparar o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao homicídio, com pena de até 20 anos de prisão

FERNANDO FRAZÃO/ABR, FABÍOLA MENDONÇA E PAULO PINTO/ABR

Em 12 de junho, com o voto contrário somente do PSOL e do PCdoB, Lira encaminhou e aprovou o caráter de urgência do PL 1904, desobrigando a discussão em torno do tema nas comissões temáticas da Câmara e permitindo que o projeto siga direto para votação em plenário. Menos de uma semana depois, o presidente da Casa voltou atrás e se comprometeu a criar uma comissão especial para debater a proposta em agosto, após o recesso parlamentar. Embora intransigente na decisão de criminalizar as mulheres, o autor do Projeto de Lei, o deputado fundamentalista Sóstenes Cavalcanti, do PL fluminense, também botou o "pé no freio" e lançou mão da chantagem: se o PSOL retirasse do Supremo Tribunal Federal a ação movida pelo partido em que pede a anulação de uma resolução do Conselho Federal de Medicina, que em abril proibiu os médicos de realizarem abortos a partir de 22 semanas de gravidez, mesmo nos casos previstos em lei, ele desistiria da sua proposta.

"A ação do PSOL impediu que o CFM extrapolasse suas competências, pois havia publicado uma portaria impedindo a

assistolia fetal, ferindo a lei que garante o aborto em caso de estupro desde 1940. Não há nenhuma possibilidade de o partido recuar", assegura a deputada federal Sâmia Bomfim, do PSOL paulista, ressaltando a importância das manifestações de rua contra o projeto. "Eles já falam em adiar a votação e buscar uma mulher para relatar o PL. São sinais de que a pressão das ruas tem surtido efeito. Mas não são pessoas confiáveis, por isso não podemos baixar a guarda. Nossa exigência é pelo arquivamento do PL 1904." Como resposta à ação do PSOL no STF, o ministro Alexandre de Moraes concedeu uma liminar suspendendo a decisão do Conselho, que, aliás, também foi repudiada pela Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (Figo). Em documento publicado na segunda-feira 17, a entidade afirmou que a restrição ao aborto legal imposta pelo CFM, a mesma que serve de inspiração ao PL 1904, é antiética e contradiz as evidências médicas, e defendeu o uso da assistolia fetal, recomendada pela Organização Mundial da Saúde para a indução de abortos em estágios mais avançados da gestação. Indolor, o procedimento consiste na injeção de medicamentos para interromper os batimentos cardíacos do feto e garantir que ele saia do ventre materno sem sinais vitais. Caso contrário, há o risco de uma espécie de parto prematuro, que inevitavelmente terá o mesmo desfecho, mas agudizando o sofrimento psíquico da mãe e da equipe médica.

Referência em aborto legal no Brasil, o médico Olímpio Moraes critica a resolução do CFM e acusa a entidade de negar a ciência. "O CFM deixou de servir à sociedade e à medicina. Defende a ideologia política do negacionismo, a exclusão e a misoginia. É um braço político da extrema-direita que nega a vacina, apoia remédios ineficazes contra a Covid, uma vergonha", dispara o obstetra, diretor do Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, hospital de referência em aborto legal, procurado por mulheres não só de Pernambuco, mas de todos os estados, diante da ínfima oferta do serviço no País. Segundo o Ministério da Saúde, apenas 160 unidades espalhadas nos mais de 5 mil municípios oferecem assistência para a interrupção da gravidez nos três casos previstos em lei: gestação decorrente de estupro, risco de morte da mãe ou quando o feto possui malformação que inviabiliza a sobrevivência fora do útero.

"Embora seja um direito garantido em lei, apenas 3,6% dos municípios têm o serviço e nem todos funcionam", diz Moraes, acrescentando que é comum o governante de plantão encerrar o atendimento por questões ideológicas e religiosas, como ocorreu recentemente em São Paulo. No fim do ano passado, a gestão do prefeito Ricardo Nunes, do MDB, suspendeu o serviço de aborto legal do Hospital e Maternidade da Vila Nova Cachoeirinha, o único que realizava o procedimento em caso de gestação com mais de 22 semanas. Tudo para ganhar uns pontinhos com o eleitorado bolsonarista. Com as portas do serviço de aborto legal fechadas, muitas mulheres recorrem a procedimentos clandestinos, e não raro acabam no banco dos réus. Segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo, nove em cada dez mulheres que vão a júri popular no estado são condenadas. A maior parte dos casos de aborto que chegam ao Judiciário é fruto de denúncias feitas por profissionais do SUS, que violam a ética profissional e vazam informações das pacientes.

NEGACIONISTA, O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA SE JUNTOU AO SHOW DE HORRORES NO SENADO

"Num país com a dimensão continental do Brasil, a gente tem uma quantidade mínima e pontual de serviço ao abortamento, o que faz com que as nossas meninas e mulheres fiquem peregrinando para ter acesso ao direito de abortar. Fica claro que o País não se importa com essa pauta.

O espetáculo dantesco no Senado incluiu dramatização de feto agonizando, simulação de procedimento de aborto, exposição de bonecos e o presidente do CFM aplaudindo a patacoada

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Se se importasse, haveria uma catraca de cuidado e educação sobre o abortamento legal desde a Atenção Primária à Saúde e nas escolas", destaca Rafaela Pacheco, médica de família e comunidade e professora da UFPE. O direito ao aborto em caso de estupro e risco de morte da mãe está garantido desde 1940, no Código Penal. Em 2012, o STF decidiu que a gestante pode interromper a gravidez em caso de anencefalia do feto. Por extensão, o Judiciário também tem autorizado abortamentos em outros casos de malformação fetal, quando a vida fora do ventre materno é inviável. "Se o PL 1904 passar, a gente pode esperar um aumento da mortalidade materna, agravado pela falta de educação sexual nas escolas. Isso faz com que o diagnóstico da gravidez, sobretudo em crianças e adolescentes, seja mais tardio, muitas vezes ultrapassando as 22 semanas".

Na terça-feira 18, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou o novo *Atlas da Violência*, com dados de 2022, feito em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o relatório, meninas de até 14 anos sofrem, proporcionalmente, mais violência sexual que mulheres adultas. O documento mostra que 30,4% da violência sexual ocorre entre crianças de zero a 9 anos e 49,6% na faixa etária de 10 a 14 anos. O índice foi de 21,7% entre as jovens de 15 a 19 anos e de 10,3% entre 20 a 24 anos. Em média, uma mulher é estuprada a cada oito minutos no Brasil, e 74,5% das vítimas têm menos de 14 anos. "Muitos casos de violência sexual são praticados dentro do ambiente doméstico e, por vezes, pelas circunstâncias, pelo temor da reação familiar, essas meninas deixam de denunciar os estupradores e, quando o fazem, são descredibilizadas pela Justiça. Quando ficam grávidas, na maioria das vezes essas crianças demoram a perceber pela própria característica do corpo, quase infantil, e, quando descobrem, a gravidez já está em estágio avançado", salienta o advogado criminalista Rafael Paiva, especialista em violência doméstica e professor de Direito Penal, Processo Penal e Lei Maria da Penha.

Todo esse calvário faz parte da história de vida de muitas meninas que engravidam depois de serem violentadas e só descobrem a gestação depois da 22ª semana. Um caso emblemático ocorreu em 2022, em Santa Catarina, quando um hospital se negou a fazer o aborto em uma menina de 10 anos porque ela estava com 20 semanas de gestação. Na sequência, uma juíza que assumiu o caso não só induziu a criança a não abortar como a encaminhou a um abrigo, na tentativa de evitar que a família insistisse no procedimento. A magistrada chegou a perguntar se a criança poderia "esperar um pouquinho", para o feto ter chance de nascer e ser entregue à adoção. Só após a repercussão negativa do caso, a criança conseguiu fazer o procedimento.

Em 2020, outra menina de 10 anos teve seu direito ao aborto negado no Espírito Santo, onde vivia, e precisou ser levada até o Recife para interromper a gravidez. Ela era abusada pelo tio desde os 6 anos de idade e só descobriu a gravidez em estágio avançado. "Nenhuma mulher violentada deseja manter a gravidez por muito tempo. Ela quer se livrar o mais rápido possível. Só que existem barreiras que fazem com que a gestação chegue à 22ª semana. Não pode existir nenhuma pena para mulher, porque ela não cometeu crime. Quem está falhando é o Estado brasileiro e o CFM, que estimula os médicos a terem objeção de

consciência. Essa mulher tem de ser acolhida, não punida", destaca Moraes. "Se o PL passar, meninas e mulheres vão ser submetidas a uma maternidade compulsória que, na situação de crianças e adolescentes, já estão culminando com o risco à vida mesmo. Estamos empurrando essas meninas para a morte", completa Pacheco.

Anualmente, cerca de 25 mil meninas de até 14 anos têm filhos no Brasil. Pela legislação, não tinham idade para consentir com a relação sexual e, portanto, foram vítimas de estupro de vulnerável e deveriam ter tido acesso ao aborto legal, se esse fosse o desejo delas. Entre 2015 e 2022, o SUS realizou, em média, apenas 1,8 mil procedimentos por ano. Mesmo com as estatísticas e ao contrário de tentar reverter a violência contra a mulher, a Câmara insiste no projeto que já vem sendo chamado de "PL do Estuprador", uma vez que a pena para o autor de tal violência é de seis a dez anos de prisão, metade do que a proposta de Sóstenes Cavalcanti prevê para o aborto após 22 semanas de gestação. Segundo o deputado, existe um compromisso de Arthur Lira com a bancada evangélica para colocar a matéria em votação até o fim do ano, quando termina o mandato do presidente da Câmara.

O que está em jogo na troca de favores é a sucessão na presidência da Câmara, que acontece em fevereiro do ano que vem. Lira pretende emplacar seu sucessor, na tentativa de continuar mandando na Casa. "Enquanto o discurso moral prevalecer e as pessoas não aprenderem a exercer com autonomia sua cidadania, vamos ter essa 'cambada evangélica' envergonhando os ensinamentos de Jesus e vacinando a sociedade contra os evangélicos, porque a maioria imagina que rezamos na mesma cartilha dos 'Malafaias', dos 'Macedos', dos 'Felicianos', dos 'Valadões'", criticou, nas redes sociais, o pastor Hermes Carvalho, fazendo um trocadilho com o termo bancada e os nomes de alguns dos

NEM MESMO NO AFEGANISTÃO A PENA PREVISTA PARA MULHERES QUE REALIZAM ABORTOS TARDIOS É TÃO ELEVADA

líderes neopentecostais mais populares. O apelo religioso do PL 1940 também contaminou a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que publicou uma nota apoiando o projeto.

"A nota da CNBB negligencia a liberdade de consciência, princípio essencial para os católicos. O probabilismo, doutrina da Igreja Católica, estipula que, diante de uma situação de dúvida, não há um único caminho certo a seguir, onde há dúvida há liberdade. Sob essa perspectiva, compreendemos que as mulheres têm o direito de escolher sobre uma gravidez

Sóstenes Cavalcanti apela à chantagem para manter veto do CFM à indução de assistolia fetal

e qualquer decisão que tomem é moralmente válida", critica o coletivo Católicas pelo Direito de Decidir, que se posiciona contra o PL 1940. Na segunda-feira 17, uma encenação realizada no plenário do Senado que tentava retratar a morte de um feto durante um procedimento de aborto chocou a opinião pública e irritou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. O show de horrores foi protagonizada por uma atriz que interpretava um feto em processo de sofrimento ao receber a medicação assistolia fetal. O drama foi parte de um debate puxado pelo senador bolsonarista Eduardo Girão, do Novo cearense, evento que só contou com palestrantes favoráveis ao projeto, como José Hiran da Silva Gallo, presidente do CFM.

Em meio ao circo armado no Senado, Andrea Hoffmann Formiga, presidente do Instituto Isabel, dedicado ao "direito à vida desde a fecundação", apresentou sua coleção de fetos de borracha. Já o deputado Dr. Zacharias Calil, do União Brasil de Goiás, simulou uma indução de assistolia fetal, com a aplicação de uma injeção no boneco de um ventre materno. Coube à senadora Soraya Thronicke, do Podemos de Mato Grosso do Sul, a mesma que desbancou o "padre de festa junina" que fazia tabelinha com Jair Bolsonaro em um debate presidencial de 2022, censurar o patético espetáculo protagonizado pelos colegas. Dirigindo-se à atriz que dramatizou o "sofrimento do feto", lançou um desafio: "Quero ver ela encenando a filha, a neta, a mãe, a avó, a esposa de um parlamentar sendo estuprada".

Somente após os ruidosos protestos de mulheres nas capitais, Pacheco classificou o PL 1940 como "irracional" e uma "inovação infeliz". Assegurou que a matéria será amplamente discutida e passará pelas comissões temáticas, caso chegue ao Senado. "Quando se discute a possibilidade de equiparar o aborto, em qualquer momento, a um crime de homicídio, que é definido pela lei penal como matar alguém, isso é uma irracionalidade. Não tem o menor cabimento, a menor lógica. Equiparar

Se depender da bancada fundamentalista do Congresso, as brasileiras já devem começar a se habituar ao *dress code* das teocracias

aborto a homicídio é uma irresponsabilidade sob todos os aspectos", comentou o presidente do Senado, que é advogado criminalista. Recentemente, ele próprio alimentou a bancada fundamentalista ao propor um projeto de lei que criminaliza a posse de qualquer quantidade de droga, deixando os usuários e dependentes químicos ainda mais vulneráveis à persecução penal por tráfico de drogas. Um prato cheio para as facções criminosas, que terão um maior número de soldados para recrutar nos já superlotados presídios brasileiros. O País, vale ressaltar, possui a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas de EUA e China.

Depois do silêncio inicial, sob o argumento de que o governo não iria se meter numa questão específica da Câmara, o presidente Lula manifestou-se contra o projeto e saiu em defesa do aborto legal. "Não contem com o governo para qualquer mudança na legislação do aborto no País. Ainda mais um projeto que estabelece uma pena para meninas e mulheres estupradas que pode ser até duas vezes maior que para o estuprador", disse o presidente, depois de ser alvo de críticas por ter sido omisso inicialmente.

Em reserva, alguns ministros do STF admitem que o PL 1940 é inconstitucional e que, caso passe pelo Congresso Nacional, será derrubado pela Corte Superior. Esse é também o entendimento da Ordem dos Advogados do Brasil, que, na segunda-feira 17, aprovou um documento por unanimidade em seu Conselho Pleno admitindo a ilegalidade da proposta. A OAB defende o arquivamento da proposta. "A criminalização pretendida configura gravíssima violação aos direitos humanos de mulheres e meninas duramente conquistados ao longo da história, atentando flagrantemente contra valores do Estado Democrático de Direito e violando preceitos preconizados pela Constituição da República de 1988 e pelos Tratados e Convenções internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Estado brasileiro", destaca o documento.

O retrocesso proposto no PL do Estuprador equipara o Brasil a países como Afeganistão, Indonésia, El Salvador e Nicarágua, que punem de forma dura as mulheres que fazem aborto e são reconhecidos pelas violações aos direitos das mulheres. No Afeganistão, por exemplo, o uso da assistolia fetal na realização de abortos acima de 20 semanas é considerado crime e pode levar a uma pena de até sete anos de prisão – um terço da pena máxima prevista no "PL do Estupro" nativo, convém recordar. "Nos países onde há confusão entre Estado e religião, o aborto é vedado e existem locais até mesmo em que nem sequer há a criminalização do estupro. A mulher que fizer aborto é condenada, presa e, a depender das circunstâncias, há até pena de apedrejamento. Por vezes, é o próprio líder religioso quem acaba impondo essa sanção", explica Acacio Miranda Filho, mestre em Direito Penal Internacional pela Universidade de Granada, na Espanha.

"A gente vê o Brasil se descolando da realidade de nações desenvolvidas, onde o aborto é um direito, e se aproximando de países teocráticos, nos quais as mulheres são obrigadas a gestar filhos dos seus estupradores. O País está sendo arrastado pela bancada do estupro para um abismo", diz Rebeca Mendes, do Projeto Vivas, que ajuda a levar mulheres para fazer aborto em países onde o procedimento não é crime, como Colômbia e Argentina. "Se um dia o PL 1904 virar lei, a gente vai ter uma epidemia de vítimas de estupro sendo mães e também de abortos inseguros." •

CRONÔMETRO PERVERSO

UMA VÍTIMA DE ESTUPRO NÃO PODE SER OBRIGADA A MANTER A GESTAÇÃO POR TER ACESSO AO SERVIÇO DE ABORTO LEGAL TARDIAMENTE

por OLÍMPIO MORAES*

No Brasil, não há limite de tempo gestacional ao aborto induzido nos três casos permitidos por lei: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mãe e anencefalia fetal. Embora pouco frequente, o procedimento nas fases mais avançadas da gravidez afeta de maneira desproporcional as mulheres e meninas em situação de maior vulnerabilidade social. A dificuldade em reconhecer os sinais da gravidez entre as crianças e adolescentes, o desconhecimento sobre as previsões legais do aborto, a tardia descoberta de diagnósticos de malformações, geralmente após a primeira metade da gestação, e as barreiras geográficas – apenas 3,6% dos municípios contam com pelo menos um serviço de aborto legal – constituem as principais razões para a procura pelo aborto após a 22ª semana de gravidez.

A Organização Mundial da Saúde recomenda a indução de assistolia fetal nos casos de aborto induzido a partir das 20 semanas de gravidez. No Brasil, a quase totalidade desses casos acontece abaixo de 25 semanas e não há relatos de casos próximos do termo. O procedimento consiste na utilização de medicações para interromper os batimentos cardíacos do feto, visando retirá-lo do útero sem sinais vitais. Dessa forma, previne-se o desgaste emocional e psicológico das pacientes, dos acompanhantes e da equipe assistente. Além disso, estudos observacionais sugerem que, no tratamento medicamentoso, há diminuição do tempo entre o início da indução do aborto até a expulsão.

RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, A INDUÇÃO DE ASSISTOLIA FETAL NÃO CAUSA SOFRIMENTO AO FETO, INDICAM AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Recentemente, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a Resolução 2378/2024, proibindo a indução de assistolia fetal nos casos de gravidez decorrente de estupro acima de 22 semanas. Essa decisão foi suspensa liminarmente pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Qualquer medida disciplinar ou administrativa dela decorrente também foi proibida. Em breve, o julgamento irá para o plenário físico da Corte. Na prática, a decisão do CFM impede o aborto em estágios mais avançados da gestação, uma vez que a IAF é a única ação terapêutica que evita os danos da prematuridade. A imposição da gravidez, principalmente entre as vítimas de estupro, pode configurar tortura, de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos.

Em defesa da Resolução do CFM, alguns alegam que a IAF é dolorosa para o feto. Em 2022, o Royal College of Obstetricians and Gynaecologists, do Reino Unido, apontou, porém, evidências de

que a possibilidade de percepção de dor antes das 28 semanas de gestação é improvável. As atuais revisões da literatura médica indicam, inclusive, ser desnecessária a prática rotineira de administrar analgesia fetal em abortamentos ou mesmo em procedimentos obstétricos, como partos.

O Código Penal, é importante ressaltar, não exige qualquer documento para a realização do aborto legal em caso de gravidez decorrente de estupro, a não ser o consentimento da mulher. Assim, a vítima de violência sexual não tem o dever legal de noticiar o fato à polícia. Os profissionais da saúde têm o dever de orientá-la a tomar as providências policiais e judiciais cabíveis, mas, caso ela não o faça, não lhe pode ser negado esse direito. A palavra da mulher deve ser recebida como presunção de veracidade. "Não cabe ao profissional de saúde duvidar da palavra da vítima, o que agravaria ainda mais as consequências da violência sofrida", orienta a norma técnica *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes*, do Ministério da Saúde.

O médico e os demais profissionais de saúde não devem temer consequências jurídicas, caso se revele na sequência que a gravidez não foi resultado de violência sexual. Mas, se posteriormente for comprovada a inverdade da alegação da mulher, somente ela responderá criminalmente. Tal proteção está prevista no Código Penal, artigo 20, § 1º, a afirmar que "é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima". Para justificar o aborto legal no âmbito do SUS, a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.508, de 1º de setembro de 2005, orienta que sejam preenchidos e anexados os seguintes documentos ao prontuário: relato circunstanciado do evento, parecer técnico, termo de aprovação do procedimento, termo de responsabilidade, termo de consentimento livre e esclarecido.

ISTOCKPHOTO

O procedimento em estágios mais avançados da gravidez afeta de maneira desproporcional as mulheres em situação de vulnerabilidade social

Em 2012, o STF declarou a constitucionalidade da antecipação terapêutica do parto nos casos de gestação de feto anencéfalo. Em situações análogas, de malformação fetal que impossibilite a vida fora do útero, também é possível obter autorização judicial para interrupção da gravidez. Para isso se faz necessário uma carta da gestante solicitando o procedimento à autoridade judicial, acompanhada de exame de ultrassonografia, relatório do médico esclarecendo que o feto não terá sobrevida ao nascer e publicação científica sobre a malformação fetal.

Acredita-se, no Brasil, que a mulher exposta a "risco à vida" consegue com maior facilidade exercer o seu direito ao aborto do que nos casos de gravidez decorrente de estupro. Na realidade, entretanto, na ausência de normas claras a esse respeito, há grandes limitações à aplicação da lei nesses casos. Para o médico obstetra, preocupado constantemente em proteger o feto, é extremamente difícil decidir pela necessidade de sua morte. Mas não se pode esquecer de que proteger a vida da mulher deve ser a sua preocupação primária. Os dados de mortalidade materna no Brasil demonstram que, aproximadamente, 30% das mortes maternas ocorrem por causas indiretas. Muitas vezes, o atraso na interrupção da gravidez coloca a mulher em risco iminente de morte e, por vezes, os recém-nascidos morrem ou sobrevivem com sequelas graves, devido à prematuridade extrema.

Por fim, é importante deixar claro que o art. 154 do Código Penal afirma ser crime "revelar a alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem". Já o Código de Ética Médica proíbe, no art. 73, "revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão", permanecendo essa proibição mesmo que o fato seja de conhecimento público ou a paciente tenha falecido. Não cabe ao médico julgar a paciente, e sim ter atitude respeitosa e de acolhimento, buscando entender seu sofrimento e prestar a assistência adequada. •

**Obstetra, diretor do Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), serviço de referência ao atendimento ao aborto legal, e professor da Universidade de Pernambuco (UPE).*

O BAIXO CLERO NO PODER

O "PL DO ESTUPRO" E A PEC QUE CRIMINALIZA OS USUÁRIOS DE DROGAS SÃO REVELADORES DA DEGRADAÇÃO MORAL E POLÍTICA DO CONGRESSO

por ALDO FORNAZIERI*

Dois episódios maiores, um na Câmara dos Deputados e outro no Senado, e vários menores são reveladores da degradação moral e política do Congresso Nacional como um todo. São reveladores também do oportunismo e da mediocridade política dos presidentes das duas Casas Legislativas. Explicitam claramente a perda de significado e de sentido da representação política, que deveria guiar-se por critérios de prioridade dos interesses da sociedade e do País, diante de tantas urgências e necessidades que a maioria dos brasileiros padece.

No caso da Câmara dos Deputados, o episódio degradador refere-se ao Projeto de Lei 1904/24, o chamado "PL do Estupro", que equipara o aborto ao homicídio quando realizado após a 22ª semana de gestação, mesmo nos casos de interrupção da gravidez permitidos pela atual legislação, quando a mulher é vítima de violência sexual, a gestação traz risco à vida da mãe ou o feto é anencéfalo. A aprovação da urgência do projeto, o que significa que ele não vai ser debatido por comissões da Câmara, passará direto para a votação do plenário, é fruto de algumas conjugações.

Tem-se uma bancada evangélica anticristã associada ao fascismo de extrema-direita, somada à conduta oportunista e irresponsável do presidente da Câmara, Arthur Lira, que embarca em qualquer aventura para aumentar o seu poder de barganha e de chantagem. Acrescente-se a conduta letárgica do governo Lula e do PT, que só entraram no debate tardiamente, pressionados pela reação da sociedade, que se mobilizou para combater o projeto. Parece que setores do governo e do PT temem confrontar política e ideologicamente a extrema-direita bolsonarista. Esta é a receita para construir futuras derrotas.

OS PRESIDENTES DA CÂMARA E DO SENADO PATROCINAM A AGENDA DOS MEDÍOCRES E DOS IRRESPONSÁVEIS, QUE COLOCAM AMBIÇÕES PESSOAIS ACIMA DOS INTERESSES DO PAÍS

Não é nenhum exagero chamar o projeto de "PL do Estupro", pois ele estabelece a possibilidade de punir uma menina violentada e estuprada com uma pena que será o dobro da pena do estuprador, se o projeto for aprovado. A Ordem dos Advogados do Brasil produziu um parecer juridicamente devastador contra o PL 1904/24, classificando-o de "inconvencionalidade, inconstitucionalidade e ilegalidade". Essas três qualificadoras jurídicas do caráter repulsivo da proposta são reveladoras do desprezo que os signatários do projeto, o presidente da Câmara e os parti-

JEFFERSON RUDY/AG. SENADO

A dupla Pacheco e Lira revela não ter nenhum sentimento de grandeza ou de compromisso com a democracia

dos que apoiaram a tramitação de urgência nutrem pela Constituição, pela sociedade, pelas mulheres em geral e pelas vítimas de violência sexual em particular.

A OAB enfatiza que o PL do Estupro representa uma violação dos direitos humanos de mulheres e meninas que foram duramente conquistados na história. Ao agredir os direitos e a dignidade das mulheres, o projeto afronta o Estado Democrático de Direito e deixa transparecer que ele se articula com mentalidades autoritárias que não querem uma sociedade livre e um Estado laico, que respeite todas as religiões e no qual os fiéis possam expressar sua fé e suas crenças em paz. Na verdade, esses tiranetes da bancada evangélica querem instituir um Estado teocrático, transformado em instrumento de seus imensos negócios econômicos e financeiros.

Para o Instituto dos Advogados do Brasil, a criminalização das vítimas de estupro é "absurda, injusta e indigna". As meninas e adolescentes indefesas, principalmente as mais pobres, são as principais vítimas desse PL desumano. Em todas as classes sociais, as jovens costumam ser vítimas de violadores que integram a própria família ou são próximos dela. Assim, além de violentar, eles agem para sufocar as denúncias de seus crimes. O projeto termina por ampliar a capa de silêncio que os estupradores querem impor.

No caso do Senado, o próprio presidente Rodrigo Pacheco viabilizou uma Proposta de Emenda Constitucional que criminaliza os usuários de drogas. Além de irresponsável, a PEC tem um claro intuito de ampliar a repressão aos jovens pobres e negros das periferias, que já são vítimas de um sistema social injusto, discriminador e racista. Esses jovens estarão à mercê da ação inviesada e discriminatória dos aparatos de segurança pública. Os presídios terão suas superlotações aumentadas e esses jovens serão jogados nas mãos do crime organizado, que controla os presídios brasileiros.

Pacheco se arvora como jurista defensor do Estado de Direito, mas vem se revelando um democrata de fachada, que age para solapar os fundamentos desse mesmo Estado de Direito. Ao afrontar o Supremo Tribunal Federal, que frequentemente é obrigado a se pronunciar sobre questões de direitos fundamentais e de liberdade, dada a incompetência e omissão das Casas Legislativas, o presidente do Senado age como criança mimada que bate o pé e faz biquinho, porque não consegue ter o que deseja.

A irresponsabilidade política de Lira e Pacheco é uma forma de solapar a democracia ao empunhar pautas que estimulam a disseminação das políticas de ódio e violência. Os dois presidentes revelam que não têm nenhum sentimento de grandeza, de responsabilidade com a sociedade e de compromisso com a democracia. A agenda que eles viabilizam no Congresso não é uma agenda do povo e do engrandecimento do Estado. É a agenda dos medíocres e dos irresponsáveis, que colocam suas ambições pessoais acima dos interesses do País. •

**Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e autor do livro* Liderança e Poder *(Ed. ContraCorrente).*

Temporada de caça

ELEIÇÕES Desde abril, ao menos cinco pré-candidatos foram assassinados no País. E a campanha nem começou

POR MAURÍCIO THUSWOHL

A líder comunitária Juliana de Souza Silva iria disputar pela primeira vez uma eleição. Aos 44 anos, reconhecida pela militância nos bairros Carmary e São Benedito, na Baixada Fluminense, Nega Juh era pré-candidata a vereadora pelo PL em Nova Iguaçu. Na noite do sábado 15, comia em um trailer na companhia do único filho, Alexander de Souza Gomes, de 27 anos, quando quatro homens encapuzados se aproximaram e dispararam diversas vezes contra os dois, que morreram na hora. O crime é investigado pela Delegacia de Homicídios da região e os policias apontam traficantes locais, supostamente insatisfeitos com a candidatura, como prováveis mandantes.

A morte de Nega Juh soma-se a outros cinco casos de assassinato de pré-candidatos, provavelmente por motivação política, ocorridos no País desde o fim de abril. Em 23 de maio, o vereador Juliano Balbino, do PSC, foi executado em Paty do Alferes (RJ). Uma semana depois, foi a vez de Valmir dos Santos ser abatido a tiros em Umburanas, na Bahia. No Ceará, três vereadores foram assassinados entre 28 de abril e 9 de maio: Cesar Veras, do PSB, em Camocim, Erasmo Morais, do PL, no Crato, e Geilson Lima, do PL, em Icó.

A probabilidade de o quadro de violência agravar-se com a proximidade da votação, como aconteceu em 2016 e 2020, levou a ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a equiparar os atentados à disseminação das *fake news* no rol de ameaças ao processo eleitoral. "As próximas eleições deverão ver os atos de violência cada vez mais presentes", avisou a ministra.

Os números justificam a preocupação. Segundo a Assessoria Especial de Segurança e Inteligência do TSE, em 2020 foram registrados 99 homicídios ou tentativas de assassinatos de candidatos, mais do dobro dos casos registrados quatro anos antes.

A maioria dos ataques deu-se em cidades com menos de 200 mil habitantes, onde o velho coronelismo foi agravado pela infiltração do crime organizado.

Pablo Nunes, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, fez, em 2020, um levantamento da violência contra políticos durante o período eleitoral. Foram mais de 200 casos, de lesões corporais a homicídios, o que, segundo o pesquisador, revela o uso corriqueiro da violência nas disputas políticas. "Em muitos lugares, a possibilidade de eliminar o adversário é tida como uma solução muito fácil de ser utilizada. Isso se assenta no fato de que não se investigam corretamente os assassinatos, somos um país com taxas ridículas de solução para casos de homicídio", analisa. Nunes compartilha o temor de Cármen Lúcia. "O fortalecimento dos grupos criminosos, somado à flexibilização do controle de armas e munições nos anos Bolsonaro, criou um cenário em que é mais fácil encontrar um agente para cometer um crime político do que seria anos atrás. Nessa disputa municipal pode haver um número expressivo de casos de violência."

Diretor do Laboratório de Estudos sobre Estado e Ideologia da UFRJ, Luiz Eduardo Motta lembra que os assassinatos em período eleitoral acontecem desde a Nova República. "Esse tipo de violência se dá pela disputa de espaços de poder nos municípios por candidatos que, às vezes, são do mesmo campo político", afirma. "O Brasil vive uma guerra civil de caráter simbólico e ideológico. Infelizmente, é uma linha tênue para a violência física."

Há dois tipos clássicos de violência política no Brasil, descreve Nunes. "O primeiro deles, o mais comum, é a vio-

O TSE alerta para o aumento da violência política

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26

Denúncia. A péssima condição das escolas na Ilha de Marajó

REDES SOCIAIS

Alvos. Nega Juh, Santos, Balbino e Morais, quatro dos pré-candidatos assassinados em abril. Ataques ameaçam o processo eleitoral

lência política que se mistura com criminalidade e domínio territorial", muito claro no caso das milícias cariocas. "O próprio conceito de milícia está intimamente ligado à política institucional. Há vereadores e deputados próximos a grupos milicianos, muitos são milicianos, e isso faz com que as contendas políticas se misturem de maneira muito forte com as disputas territoriais e pelo controle de serviços e recursos." O segundo tipo tem a ver com a "conformação tradicional e cultural" das disputas políticas no País. "Muitas vezes entre famí-

lias, por manutenção e controle do poder, com destaque para o interior e, mais especificamente, o Nordeste. Há famílias que disputam prefeituras de pequenas cidades por muitos anos, e essas trocas de poder acabam se ligando a um ciclo de vinganças que leva a um processo de vitimização de atores políticos."

Nos últimos anos, os velhos coronéis e os "modernos" milicianos passaram a se confundir. "O poder político municipal é o principal agente econômico local. Controlar uma prefeitura significa, na maior parte das vezes, ter nas mãos as atividades econômicas do município. Daí, o poder político e institucional ser do interesse de grupos criminosos organizados", resume o professor Felipe Borba, coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. As eleições municipais, concorda Borba, são mais violentas do que as nacionais ou estaduais, tanto no volume quanto na intensidade. "Há mais mortes, principalmente no mês que antecede a eleição, esse é o padrão. E a violência local não se encerra com o fechamento das urnas, permanece durante todo o ciclo político, mesmo que em número menor."

A questão ideológica também é um fator de risco. Nesse ponto, o assassinato da vereadora Marielle Franco é emblemático, diz Motta. "Foi a morte de uma liderança de esquerda, num grande centro, assassinada por suas posições políticas. Não teve caráter pessoal, foi uma eliminação de um quadro ascendente da esquerda." Motta diz temer que ataques possam se multiplicar na próxima campanha, "tendo em vista o quadro acentuado de polarização e a forma como a extrema-direita reage, fisicamente, às candidaturas de esquerda".

Viúva de Marielle e pré-candidata à reeleição, a vereadora Monica Benicio, do PSOL, afirma que ter medo seria aceitar permanecer nas margens. "E isso não estamos mais admitindo. Agora é hora de lutar para ocupar todos os espaços, inclusive os de poder, pensando na urgência que é a necessidade de desmontarmos as relações estruturais de opressão." Ceder às ameaças e não fazer campanha, prossegue, significa aceitar um "pacto de morte". "É um cenário perigoso e assustador, que nos faz ter um cuidado redobrado com os nossos companheiros e companheiras, mas que deve ser enfrentado. Não vamos sair de cena. Ao contrário."

Aviso. Segundo a ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, o combate aos ataques políticos será uma das prioridades

ALEJANDRO ZAMBRANA/TSE

Nas cidades menores, o velho coronelismo divide espaço com o crime organizado

Também pré-candidato pelo PSOL, o professor André Tenreiro afirma que, com o crescimento do reacionarismo, defender pautas da esquerda é algo difícil. "No Rio, isso se torna um ativismo de alto risco. Como defender o princípio da democracia em comunidades que têm donos? Como adesivar o vidro do carro com a propaganda de candidato do PSOL em uma área de milícia?" Tenreiro resume o dilema: "O candidato de esquerda está no caminho de todo tipo de crime organizado e por isso precisa ter uma coragem enorme para continuar na militância. É, literalmente, dar a vida por uma causa, já que pode ser eliminado a qualquer momento por um inimigo armado e sem nenhum limite ético".

Integrante do Grupo Prerrogativas, o advogado Marco Aurélio de Carvalho afirma que o sistema de Justiça tem condições de garantir a segurança e a integridade dos candidatos. "Em última análise, isso representa a segurança e a integridade do próprio sistema democrático." A partir da preocupação externada por Cármen Lúcia, pontua Carvalho, é preciso criar mecanismos para evitar situações que possam de alguma forma afetar os candidatos: "As ameaças têm de ser duramente repelidas e os responsáveis pedagogicamente apenados, para que não sejam estimulados novos atentados contra lideranças políticas". Monica Benicio cobra maior ação do Poder Público diante das ameaças. "Precisamos exigir que autoridades e instituições tenham compromisso na garantia de um ambiente democrático. E isso significa criar políticas públicas que apontem um caminho de segurança para todos. Sem essas garantias não há democracia que se sustente." •

ANTONIA QUINTÃO

Presidente do Geledés – Instituto da Mulher Negra, coordenadora de cursos de educação continuada do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Mackenzie

Migrantes e refugiados

▶ Acolhimento, inclusão e integração exigem esforços de toda a sociedade

O saudoso professor Milton Santos, nos seus estudos sobre globalização, alertava para o fato de que, se o processo tinha a capacidade de aproximar povos e culturas distantes, poderia, por outro lado, fazer reaparecer movimentos de xenofobia e de racismo aparentemente eliminados.

Infelizmente, suas previsões se confirmaram. Refugiados, imigrantes, aqueles em deslocamento colecionam frequentemente relatos e denúncias de violências que se manifestam de diversas maneiras. A violência cotidiana da intolerância, das ofensas gratuitas, do desemprego, da falta de oportunidade, da exclusão, das agressões psicológicas e físicas e até os assassinatos e linchamentos, que envergonham aqueles capazes de reconhecer a humanidade intrínseca em cada ser humano.

A questão dos refugiados no mundo ganha contornos cada vez mais dramáticos. Além dos graves problemas nas suas áreas de origem, ainda existem aqueles enfrentados nos locais para onde se deslocam. Entre esses problemas, destacam-se as diferenças culturais, as dificuldades com idiomas, a busca por emprego e, principalmente, a xenofobia praticada pela população residente nas áreas de destino.

O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) criou o *site* http://help.unhcr.org/brazil/ para os solicitantes de refúgio no Brasil encontrarem informações confiáveis e úteis. Os dados divulgados pelo Acnur revelam que o número de refugiados tem aumentado sistematicamente. “Por 12 anos consecutivos, houve aumentos dos números globais de deslocamento forçado. No ano passado, atingiu níveis históricos em todo o mundo, chegando a 120 milhões de pessoas, de acordo com dados de maio de 2024.”

Cabe destacar o relevante papel desempenhado pelo Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados – PARR, criado em outubro de 2011 pela Endoc, consultoria especializada em imigração, com o apoio do Acnur e do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e, principalmente, o empresariado para a assimilação da capacidade que refugiados e solicitantes de refúgio têm de contribuir para a economia do Brasil.

O PARR possui um dos maiores bancos de dados eletrônicos do País exclusivamente sobre os refugiados e as informações coletadas contêm dados essenciais para um mapeamento detalhado do perfil pessoal, acadêmico e profissional desse público, com o objetivo de melhor inseri-lo no mercado de trabalho. Os registros do programa incluem ainda dados específicos sobre empresas mais sensibilizadas com a causa e dispostas a receber os candidatos, além de informações sobre as vagas oferecidas.

Muitos são profissionais extremamente qualificados, competentes e talentosos, mas, por serem refugiados, acabam por se tornar invisíveis para a sociedade. Para aqueles que se interessam pelo tema, sugiro uma visita ao *site* talentosinvisiveis.com.br, que busca apresentar as qualificações daqueles que pretendem construir uma vida nova no Brasil, ou conforme informação do *site*:

“Ao representar a diversidade da população refugiada que vive no Brasil e seu potencial em contribuir para o desenvolvimento do País, a campanha Talentos Invisíveis dá destaque às suas capacidades e combate os estereótipos por vezes associados às pessoas em situação de refúgio. A intenção é disseminar a mensagem de que dar oportunidade às pessoas refugiadas fomenta a diversidade e inovação nas empresas, além de ser uma ferramenta importante na integração social e econômica dessa população”. O perfil dos Talentos Invisíveis pode torná-los visíveis para o mercado de trabalho

Outra iniciativa interessante: algumas universidades oferecem vagas para refugiados, a partir de formulário de solicitação na diretoria acadêmica. É obrigatório ter o *status* de refugiado reconhecido e validado pelo Comitê Nacional Brasileiro para os Refugiados no momento da solicitação, ter o ensino médio completo e apresentar as documentações exigidas. Comissões internas avaliam as referidas solicitações de vaga.

Temos o desafio de formar e educar os estudantes e a sociedade para o respeito às diferenças culturais, a diversidade e para o exercício da cidadania. A Lei 13.445, de 2017, tem como princípios a universalidade dos direitos humanos, o repúdio e a prevenção à xenofobia, ao racismo e a qualquer tipo de discriminação, não criminalizando a migração. Garante a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante, além de inclusão social, laboral e produtiva por meio de políticas públicas. Temos a lei. Precisamos agora exigir e garantir que ela seja cumprida. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Direita pulverizada

SÃO PAULO A entrada de Datena e Marçal na corrida pela prefeitura atrapalha os planos de reeleição de Ricardo Nunes

POR MARIANA SERAFINI

Faltando menos de dois meses para encerrar o prazo de registro das candidaturas, em 15 de agosto, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, angustia-se com a concorrência que se anuncia em seu próprio campo político. Filiado ao MDB, o alcaide disputará a reeleição com o apoio de Jair Bolsonaro. Para ter o padrinho em seu palanque, topou ceder o cargo de vice ao seu xará, Ricardo Mello Araújo, ex-comandante da Rota, a violenta tropa de elite da Polícia Militar paulista. O coronel tem pouco a agregar na campanha, mas o parceiro de chapa foi uma exigência do ex-presidente, que no passado confiou o comando da Ceagesp ao ex-PM. Mello Araújo caiu nas graças do antigo chefe ao transformar o terceiro maior centro atacadista de alimentos da América Latina em um cabidão de empregos para bolsonaristas, incluindo 23 policiais da ativa ou da reserva.

Ter um vice com essas credenciais não ajuda Nunes a conquistar votos de eleitores moderados, mas este parecia ser um preço aceitável para garantir o apoio de Bolsonaro. O custo aumentou, porém, após José Luís Datena, apresentador de um popular programa policialesco na tevê, filiar-se ao PSDB na quinta-feira 13 e apresentar-se como candidato a prefeito. "Dessa vez, vou até o fim", prometeu o neotucano, com longo histórico de recuos na política. Datena tem potencial de crescimento nas pesquisas, sobretudo junto ao eleitorado de centro-direita, exatamente onde Nunes busca avançar, se já conta com o apoio dos bolsonaristas. Mas isso tampouco é uma garantia, sobretudo após o *influencer* Pablo Marçal também lançar sua pré-candidatura pelo nanico PRTB. Recentemente, uma pesquisa da Fundação Friedrich Ebert revelou que o atual prefeito é visto com desconfiança por eleitores bolsonaristas, por não ser exatamente um entusiasmado combatente da "guerra cultural" encampada pela turma. Se Nunes titubeia em defender os "valores" do grupo, Marçal é tido como fervoroso devoto.

Há quem duvide da real disposição de Datena para abrir mão do salário de sete dígitos na televisão para entrar na disputa. Sua confusa trajetória política contribui para aumentar as suspeitas. Em 2022, chegou a ser cotado como vice de Ciro Gomes na corrida presidencial. Depois, participou de encontros com Jair Bolsonaro. No ano passado, cogitou unir forças com Guilherme Boulos, pré-candidato de PSOL à prefeitura de São Paulo. "Se você peitar o PT e nós sairmos candidatos, se você falar para o Lula: 'Eu quero o Datena como vice e sinto muito', nós podemos sair", afirmou o apresentador, durante um jantar na casa do deputado psolista. Após um vídeo do encontro vazar, desconversou e abortou o plano.

> O apresentador tem **grande potencial para crescer** nas pesquisas, enquanto o *influencer* parece **animar mais os eleitores bolsonaristas**

A despeito das idas e vindas, Datena levará a termo a candidatura, aposta o ex-senador tucano José Aníbal. "Até entendo que outras vezes aconteceu diferente. Mas agora ele vai, é o momento de encarar esse desafio." Ainda sem um vice, Aníbal admite que o partido "chegou atrasado" nesse pleito, quando a maior parte das composições estava definida. Avalia, porém, que as alianças são mais importantes para ampliar o tempo de propaganda eleitoral na tevê. "O Datena não precisa disso."

A candidatura do apresentador pode colocar por água abaixo a ideia inicial da deputada Tabata Amaral, do PSB, de tê-lo como companheiro de chapa. O coordenador político de sua pré-campanha, Orlando Faria, sustenta que, por trás das cortinas, ainda há negociações em curso para que o apresentador desista do voo solo. "Apesar de eles terem lançado o Datena, ainda estamos conversando. O PSDB é o partido que mais tem pontos em comum com a agenda da Tabata. Essa composição daria amplitude para disputar um eleitorado mais diverso."

Segundo a mais recente pesquisa Atlas/CNN, divulgada na quarta-feira 19, Boulos segue na liderança da corrida para a prefeitura paulistana, com 35,7% das intenções de voto. Em busca de reeleição, Nunes parece já sofrer os impactos da fragmentação de candidaturas à direita. Se em outras sondagens aparecia tecnicamente empatado com Boulos, o alcaide agora figura mais de 10 pontos atrás, com 23,4%. Marçal já desponta com impres-

Números. Datena larga com 5,8% das intenções de voto, segundo a sondagem do Instituto Atlas. Marçal já desponta na terceira colocação, com 12,6%

sionantes 12,6%. Ainda no campo da direita, o deputado Kim Kataguiri, do União Brasil, está com 6,9% e o estreante Datena morde 5,8% do eleitorado paulistano. Um tiquinho mais à esquerda, Tabata agora está na quarta colocação, com 10,7%.

Cria do MBL, Kataguiri faz campanha acanhada, pois o seu partido ainda não decidiu se lançará candidatura própria ou se abraçará Nunes. O vereador Adilson Amadeu, do União Brasil, alega que, até a convenção de 20 de julho, nem Milton Leite, principal liderança da legenda no estado, arriscaria dizer se Kataguiri será ou não candidato. "Não garanto, mas acredito que vamos de Nunes desde o começo."

Na segunda-feira 18, Leite deu a entender que o maior empecilho para selar o acordo com o prefeito de largada é justamente o nome escolhido para ser vice de Nunes. "Respeito o Bolsonaro, mas o União vê outros nomes dentro do próprio PL que seriam bem-vindos, como (*os vereadores*) Rute Costa e Gilberto Nascimento Júnior", afirmou à *Folha de S.Paulo*.

Com mais de 20 anos de experiência política, Amadeu identifica em Marçal uma ameaça. "Vai dar trabalho, o cenário já começou a mudar", alerta. Neófito na política, o *influencer* surfa com tranquilidade nas redes sociais. Contabiliza mais de 3 milhões de seguidores no YouTube e 11 milhões no Instagram. Desse total, ao menos 1 milhão de fãs estão concentrados na capital paulista, estima o presidente do PRTB, Leonardo Avalanche. "Podemos impactar até 3 milhões de pessoas nos próximos 40 dias", diz. A dificuldade têm sido as alianças. "Às vezes, a gente garante o apoio da pessoa, mas ela tem as amarras do partido. Estamos tentando trabalhar por fora dos acordões."

Por ora, Bolsonaro tem orientado aliados a manter distância do *influencer*, mas Avalanche ainda acredita ser possível convencer o ex-presidente a reavaliar sua aposta nas eleições paulistanas, ou ao menos angariar o apoio de bolsonaristas de peso. "Pablo é o único candidato da direita mesmo, teria só Kim como concorrente."

Na avaliação da cientista política Vera Chaia, professora da PUC de São Paulo, o cenário é bastante nebuloso para Nunes. "O prefeito tem o controle da máquina pública, mas ainda é desconhecido de boa parte do eleitorado." O colega Claudio Couto, da FGV, concorda com a avaliação: "É impressionante, mas São Paulo tem um prefeito desconhecido. Ele tem feito muitas obras agora, no final do mandato, mas isso não tem sido suficiente para se consolidar". Com a fragmentação das candidaturas de direita, a situação ficou ainda mais adversa, avalia Couto. "O Datena tem esse programa policialesco e o apelo da temática da segurança pública, o Marçal tem demonstrado um grande potencial, enquanto o Nunes é um bolsonarista envergonhado. Acredito que tudo isso acaba facilitando para o Boulos e para a Tabata, que se posicionam em outro campo político." •

Nem o básico

EDUCAÇÃO Mais de 15 mil alunos em Marajó frequentam escolas sem saneamento adequado

POR RODRIGO MARTINS

Maior arquipélago fluviomarinho do mundo, a Ilha de Marajó ora é lembrada pela deslumbrante paisagem, ora pela sensacionalista cobertura dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Trata-se de uma realidade lamentavelmente presente nas regiões de maior vulnerabilidade social do País, mas o drama marajoara tem sido amplificado pela mídia, a comprar pelo valor de face os devaneios da ex-ministra e hoje senadora Damares Alves, com uma fértil imaginação para descrever horrores jamais denunciados às autoridades nem vistos pela população local. O estigma prejudica não apenas o turismo, uma das principais fontes de receita da região, mas também a formulação de políticas públicas adequadas para os gigantescos (e reais) desafios dos municípios de Marajó, que figuram entre os piores no *ranking* nacional do Índice de Desenvolvimento Humano.

Enquanto o governo Bolsonaro desperdiçou tempo a discutir a instalação de "fábricas de calcinhas" para proteger as meninas de predadores sexuais, a maior parte das escolas ribeirinhas do arquipélago continuava sem acesso a água tratada e energia elétrica. Atualmente, mais de 15 mil alunos em Marajó enfrentam problemas com a inadequação de saneamento nas escolas, revela um levantamento inédito da ONG Habitat Brasil. Nos últimos 12 meses, a entidade vistoriou 398 escolas com até 50 alunos de 16 municípios da região. Do total, 93% não tem abastecimento público de água para consumo humano, 60% não possuía tratamento de esgoto – 149 não tinha sequer banheiro – e 89% não conta com serviço de coleta de resíduos sólidos. "Na ausência de banheiros adequados, muitas escolas usam latrinas, e algumas nem isso têm. As crianças precisam ir ao mato", relata Mohema Rolim, gerente de Programas da Habitat Brasil.

Em 88 colégios, os alunos bebem água sem tratamento. Em outros 126, a água é tratada com aplicação de cloro ou hipoclorito de sódio. A solução reduz as chances de contaminação por vírus, parasitas e bactérias. "O problema é ajustar a dosagem correta. Se coloca pouco, não protege. Se exagera, há risco de intoxicação. Muitas crianças sofrem com episódios recorrentes de diarreia", afirma Rolim.

Coordenado pela Habitat Brasil, o estudo com o diagnóstico da situação é a primeira fase do projeto "Saneamento nas Escolas", cuja execução será realizada em parceria com outras organizações, a exemplo do Instituto Água e Saneamento e da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu). As entidades foram selecionadas em um edital do BNDES, que separou 43 milhões de reais para investimentos na instalação de sistemas de captação, tratamento e armazenamento de água e para o esgotamento sanitário, levando em conta as especificidades locais. Como a maioria das escolas está em áreas alagáveis, serão utilizados métodos alternativos para tratar efluentes, como biodigestores e banheiros secos compostáveis.

> Das 398 unidades vistoriadas pela Habitat Brasil, 149 não possuíam sequer banheiro

Construído em diálogo com gestores públicos e profissionais que atuam nas escolas, o projeto prevê ainda a adequação dos banheiros, além da instalação de painéis fotovoltaicos. "Sem energia elétrica, as escolas não possuem refrigerador para armazenar alimentos. Nesses locais, não é incomum serem oferecidos como merenda biscoitos industrializados, sopas instantâneas e leite em pó, esses últimos preparados com a mesma água captada diretamente dos rios e igarapés", diz Rolim. "Nenhuma das crianças deixa de ir à escola porque o banheiro é inadequado, até porque a realidade na casa delas não é muito diferente, mas tem meninas que deixam de frequentar as aulas no período menstrual, por não ter acesso a absorventes íntimos nem local adequado para se higienizar."

Mesmo na sede dos municípios marajoaras, a inadequação do saneamento é notória, observa Nilzete Maria da Conceição, integrante da Pastoral da Criança em São João da Boa Vista. "Em bairros afastados, muitas escolas têm poço artesiano, a água passa por um filtro de cascalho, areia e carvão. Outras recorrem à solução de hipoclorito de sódio. Mas, de fato, tem algumas que fazem captação dire-

Improviso. Boa parte das instituições de ensino capta água dos rios e igarapés, sem tratamento algum. Algumas utilizam cloro e hipoclorito de sódio para o consumo humano

DESIREE GIUSTI/HABITAT BRASIL

ta no rio", diz. "Às vezes, as latrinas entopem e ficam inutilizadas por meses, por falta de manutenção." Nas escolas ribeirinhas, o problema de saneamento se soma a outras dificuldades enfrentadas pelas crianças, como os longos trajetos em barcos e as aulas ministradas em turmas multisseriadas, com alunos de diferentes idades e um mesmo professor.

Não chegam a surpreender os indicadores de evasão escolar, muito superior à média estadual e nacional, revela um relatório do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará de 2022. No primeiro ciclo do ensino fundamental, o índice nacional era de 0,5%, no Pará era de 1,7% e chegava a 3,2% em Marajó. Nas séries finais, há aumento da taxa de abandono escolar em todos os níveis. No Brasil era de 1,9%, no Pará era de 4,5% e no arquipélago de Marajó girava em torno de 8%. "A evasão só não é maior por causa de dois fatores", avalia Conceição. "Primeiro, por causa do Bolsa Família, que cobra a frequência das crianças nas escolas, assim como a vacinação em dia. Segundo, pelo empenho de muitos pais, que se desdobram para oferecer educação para os filhos, por acreditar que essa é a única saída para a superação do ciclo de pobreza em que vivem."

A jornalista e antropóloga Avelina Oliveira de Castro diz ser preciso "descolonizar" o olhar sobre Marajó, a começar pela consulta às comunidades na elaboração das políticas públicas. "Há uma dívida social enorme com a população local, vítima de uma desigualdade regional brutal. Ao longo de séculos, essa região sofre com uma certa invisibilidade. Ela só ganha visibilidade quando aparecem denúncias sensacionalistas que pouco ou nada contribuem para a formulação de políticas públicas sérias, justas e honestas, que só podem ser construídas em diálogo com a população. É o povo marajoara que precisa dizer onde aperta o seu sapato e como os problemas devem ser enfrentados."

Em sua tese de doutorado na UFPA, Castro estudou o fenômeno das "crias de família", meninas entregues aos cuidados de terceiros para ter acesso à educação. Em troca, fazem trabalhos domésticos, sem remuneração. "Diferentemente do que a mídia sensacionalista costuma dizer, que essas mães entregaram as filhas por dinheiro, é exatamente o contrário. Essa é a única alternativa que encontraram para oferecer educação a elas", diz. "Mas essa menina chega tão cansada do trabalho que por vezes adormece na aula. Não consegue obter notas para aprovação e abandona a escola. Aí alguns dizem: 'Ah, ela não tem cabeça boa para os estudos'. Nada disso, ela não teve chance, não está em igualdade de condições com crianças que não são exploradas no trabalho infantil. Não haveria 'crias de família' se o Estado cumprisse suas responsabilidades." •

Vamos conversar?

SOCIEDADE O "Brasil Fala", iniciativa da Universidade Stanford, pretende estimular a conversa entre cidadãos com pensamentos divergentes

POR ROBERTO ROCKMANN

A solidificação de posições políticas, econômicas e morais intransigentes e a transformação em inimigo de quem pensa diferente tornaram-se um fenômeno global. Diante desse cenário de intensa polarização, como é possível estimular o diálogo entre os cidadãos de posições divergentes? A pergunta está na base de um projeto que acaba de ser lançado no País e que tem *CartaCapital* na lista de parceiros de mídia. O Brasil Fala é a versão local do My Country Talks, iniciativa nascida em 2017 na Alemanha e estendida desde então a mais de cem nações e quase 300 mil participantes. "Neste ano, estamos com um programa voltado para a Europa, com foco em 39 países do Velho Continente e um evento nacional na Alemanha, além do lançamento no Brasil", descreve Sara Cooper, gerente do projeto. O Brasil Fala é uma parceria da Universidade Stanford com o Instituto Sivis, *think tank* apartidário e sem fins lucrativos. Com mais de 200 milhões de habitantes, alto engajamento digital e forte antagonismo político nos últimos anos, o País era um candidato natural a receber uma versão do programa.

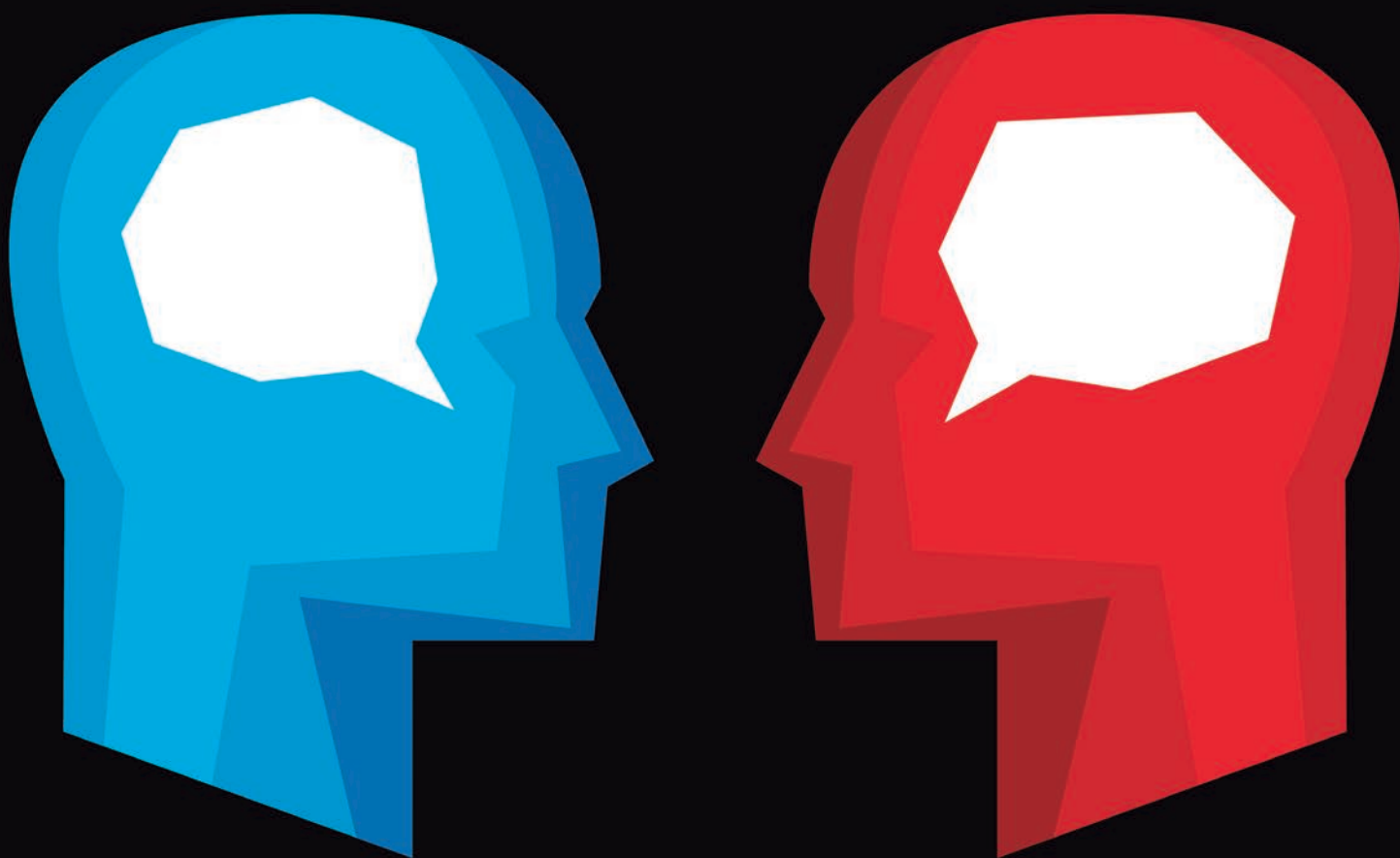
O objetivo do projeto é conectar cerca de 10 mil brasileiros em conversas *online* por meio de uma plataforma exclusiva e segura. Os diálogos começaram na quinta-feira 20 e se estendem até 21 de julho. Depois de compilados e analisados, os resultados da pesquisa serão divulgados ao público. Como parceira de mídia, *CartaCapital* oferecerá ao longo das próximas semanas *links*, tanto no *site* quanto nas redes sociais, para os interessados em fazer parte das conversas. A participação é espontânea e gratuita. Quanto maior a coleta de visões distintas dos temas, mais precisa será a interpretação do momento político e social.

Coordenação. Sarah Cooper gerencia o projeto

Em princípio, os *links* vão encaminhar os leitores a um curto questionário com perguntas sobre política, economia e sociedade, selecionadas pela equipe de pesquisadores do projeto, coordenada pelos estudantes de Ph.D. em Economia de Stanford Adrian Blattner e Vlasta Rasocha. Um algoritmo desenvolvido pela equipe fará um pareamento de participantes com opiniões divergentes. Combinado um horário comum, os selecionados vão reunir-se por meio da plataforma e poderão discutir as diferenças de pensamento, que devem incluir assuntos econômicos, políticos e sociais. O encontro é privado, sem moderação, e a plataforma garante a completa privacidade dos participantes.

No início da conversa, para cada participante, vai aparecer um cartão na tela com a apresentação do perfil do interlocutor e os pontos de discordância entre os dois. Não há um direcionamento, a ideia é que o diálogo seja espontâneo. "O que se observou, nos casos internacionais, é que as falas tendem a começar a partir dessa conversa casual, conforme o que se vê no perfil do seu par, e depois elas evoluem para outros assuntos. Em alguns casos, as conversas duram muito tempo, cerca de duas horas. Em outros, 20 minutos. Isso varia muito, a depender dos pares. Mas essas informações iniciais dos perfis ensejam uma conexão para o começo da interação", afirma Fernanda Andrade, do Instituto Sivis.

Segundo um estudo dos economistas Adrian Blattner, da Universidade Stanford, e Martin Koenen, da Universidade Harvard, uma única conver-

ISTOCKPHOTO E MARCUS GLAHN

sa no My Country Talks entre opostos políticos tende a reduzir significativamente a polarização afetiva. O estudo concluiu que uma conversa não moderada no âmbito da iniciativa realizada na Alemanha, com 15 mil participantes, em 2021, diminuiu os sentimentos negativos dos participantes em relação àqueles com visão política divergente. Depois de um diálogo por meio da plataforma, os voluntários foram mais generosos em partilhar dinheiro com simpatizantes de outros partidos políticos e também disseram que viam o seu interlocutor de forma tão positiva como alguém do seu próprio partido, mesmo se o parceiro fosse de ideologia completamente oposta. No estudo, perto de 90% dos entrevistados relataram que a conversa durou mais de uma hora e 33%, que foi além de duas horas.

"Do lado dos participantes, o resultado mais importante é que a maioria está extremamente satisfeita com a experiência. Cerca de 80% deles dizem que estão felizes com a conversa e 90% alegaram que participariam novamente no futuro. Também temos resultados de pesquisas de Harvard, Stanford e da Universidade de Bonn, na Alemanha, que mostram que uma conversa pode mesmo reduzir os níveis de polarização, bem como fazer com que os participantes aceitem melhor amigos e familiares com diferentes pontos de vista políticos", diz Cooper. Os resultados do experimento estão no *site* https://www.mycountrytalks.org/events/impact •

Como parceira de mídia, *CartaCapital* oferecerá aos leitores um *link* para o projeto

Folha em branco

OPINIÃO As ações educacionais do governo Lula estão aprisionadas pela "pequena política"

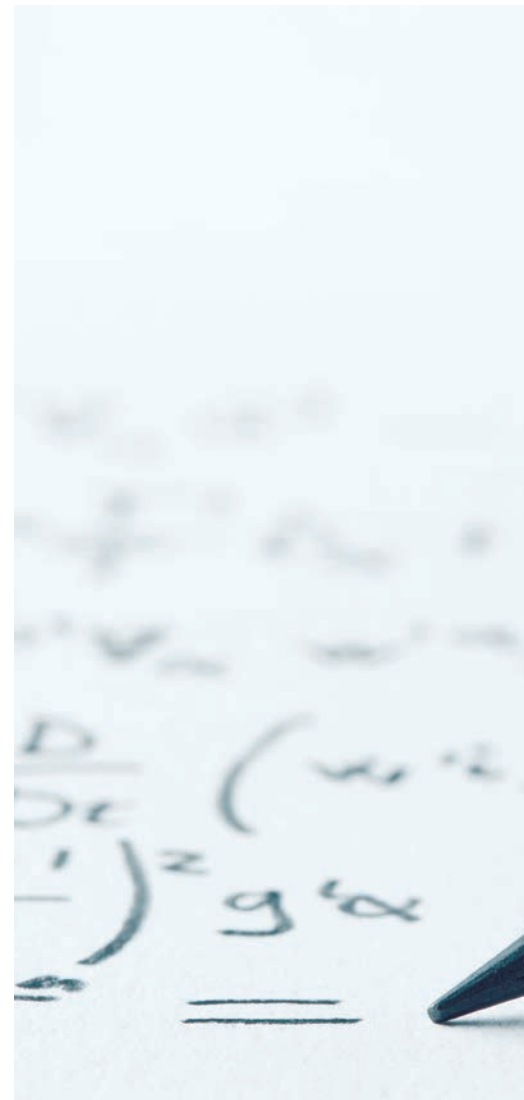
POR ROBERTO LEHER*

Em seus dois primeiros mandatos, Lula logrou a ampliação das universidades federais, reformulou a estratégia de formação profissional no âmbito dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e possibilitou o ingresso por cotas, transformando o perfil socioeconômico e racial das instituições federais. Ao mesmo tempo, isentou as instituições educacionais com fins lucrativos de tributos, ProUni, criando as bases para um inédito deslocamento de verbas públicas para corporações, conformando o maior processo de mercantilização da educação do planeta.

A quadratura do círculo – a harmonia entre o crescimento das instituições públicas e das instituições mercantis alavancadas por verbas públicas – ficou evidenciada com o aprofundamento da crise em 2014, que resultou no golpe de 2016. No decênio 2013-2023, as universidades federais perderam mais de 100 bilhões de reais. Os recursos alocados no Fies e no ProUni explodiram no período, somando cerca de 140 bilhões. O custo implícito do Fies deflagrou uma profunda crise. Desde então, as corporações investiram na expansão vertiginosa dos cursos a distância, de modo que, atualmente, 65% dos novos estudantes do ensino superior ingressam nessa modalidade.

Em 2023, Lula retornou ao governo, apoiado ativamente pela quase totalidade da esquerda, porém no escopo de uma frente amplíssima na qual a esquerda ficou dissolvida. O contexto de seu terceiro mandato é muito distinto. A capacidade de convocatória das esquerdas está enfraquecida, as *commodities* não possuem igual taxa de retorno, a extrema-direita tornou-se uma força massiva e controla o Parlamento, e o bloco no poder encontra-se em uma situação confortável, exigindo, permanentemente, o aprofundamento da austeridade. Neste panorama, a política educacional não pode reproduzir as práticas dos mandatos anteriores, nas quais coexistiram proposições progressistas com a hegemonia das organizações do capital, tanto na educação básica (Todos pela Educação etc.) quanto na educação superior (Fies e ProUni). A correlação de forças mudou e o governo parece não ter dimensionado a escala da alteração.

Como apontado, os IFEs e, especialmente, as universidades sofreram sucessivos cortes de verbas no último decênio, acentuando a degradação da infraestrutura. Centenas de obras ficaram inacabadas e a assistência estudantil não logrou escala compatível com a mudança no perfil dos estudantes. O maior desafio segue a ser a interrupção dos repasses do fundo público às corporações educacionais-financeiras. A depleção de recursos públicos foi superior a 150 bilhões de reais na década, justamente a ordem de grandeza adicional indispensável para requalificar as instituições federais. Em 2023 e 2024, os recursos de custeio das universidades permaneceram os mesmos do governo Bolsonaro (6,5 bilhões), no bojo da guerra cultural. A lista tríplice para escolha de reitores que possibilitou a intervenção nas universidades segue vigente. Bolsonaro empreendeu um draconiano arrocho salarial aos servidores da educação. Apesar do reajuste de 9% em 2023, a reposição ainda está longe das perdas acumuladas. Nesse contexto, os trabalhadores dos IFEs deflagraram gre-

ISTOCKPHOTO

O desalento está disseminado entre os estudantes de todas as faixas

ve após um ano de tentativa de negociação infrutífera. Diante do conflito, ficou evidente que o prisma da leitura da conjuntura por parte do governo não permitiu uma correta caracterização do movimento.

As ações educacionais do governo Lula estão aprisionadas pela "pequena política". Isso não é novidade no Brasil. Contudo, no contexto de avanço da extrema-direita, danifica a arte política comprometida com a alteração da correlação de forças drasticamente negativa e que vem desidratando a capacidade de iniciativa do governo. A educação pública é imprescindível para o enfrentamento das ideologias e disposições de pensamento fascistizantes que disputam a formação do senso comum da juventude brasileira. As recentes vitórias de forças fascistizantes no Parlamento Europeu e na eleição argentina devem-se, em grande medida, ao voto dos jovens. A direção intelectual e moral da formação dos jovens por meio da educação democrática é um objetivo inscrito na estratégia da grande política. Os atos do governo federal denotam, categoricamente, a falta de estratégia.

Não há solução nos marcos do Regime Fiscal Sustentável. O sistema educacional interage com cerca de 43 milhões de indivíduos. A universalização exige a incorporação de mais 25 milhões de estudantes na educação básica e superior. Está em curso uma tendência de queda vertiginosa de estudantes que fazem o Enem (6 milhões em 2016 e 2,7 milhões, em 2023), de elevada taxa de evasão no ensino superior público (acima de 40%), e de forte queda do número de estudantes na pós-graduação (em média, 12%). O desalento pode estar se difundindo entre milhões de jovens.

Em pronunciamento unilateral aos reitores, o presidente, assessorado pela tecnocracia, renunciou a uma de suas melhores qualidades, a busca ativa de consensos. Ignorou a possibilidade de restabelecer o diálogo com parte de sua base social, que tem revelado imensa disposição de construir um acordo firmado pelos sindicatos legítimos, preferindo firmar um acordo ilegítimo com uma entidade pelega. Em sua exposição, reduziu a formação dos estudantes às demandas utilitaristas do mercado, como se a educação fosse o fator determinante para a existência de postos de trabalho dignos, e anunciou um método preocupante de expansão de novos *campi* à revelia das instituições, como a instauração do *campus* de Jequié, medida que surpreendeu a UFBA. Mesmo o orçamento de capital inserido no PAC mal atende às demandas de meia dúzia de instituições.

A ordem de grandeza dos recursos para a educação pública precisa ser decididamente ampliada e o objetivo de alcançar 10% do PIB não pode ser novamente postergado. O MEC não estará à altura dos desafios históricos sob o comando de aparelhos privados de hegemonia do capital, como Lemann e Todos pela Educação, e a formação da grande massa da juventude por organizações mercantis, especialmente em cursos a distância, ofertada por sociedades anônimas sob controle de fundos de investimento e empresas de *private equity*, em um *apartheid* científico, tecnológico e cultural. A possibilidade de desconstitucionalização das verbas para a educação e a saúde ou de nova desvinculação de receitas, corolários do RFS, não ocultada nas projeções e estudos governamentais, coroaria a hegemonia da austeridade e, correlatamente, de desencontro com as expectativas da educação pública. Os professores, estudantes e técnicos administrativos precisam ser apoiados em seu protagonismo. Objetivamente, o governo Lula deve erigir um novo ponto de partida para sua política educacional. •

**Professor titular da Faculdade de Educação da UFRJ. Pesquisador do CNPq e Cientista de Nosso Estado (Faperj). Foi reitor da UFRJ.*

Cerco total

ORÇAMENTO Aumenta o poder dos mais ricos sobre os recursos públicos

POR CARLOS DRUMMOND

A afirmação veemente de Lula, em entrevista na terça-feira 18 à rádio CBN, de que os ricos tomaram conta do orçamento, retrata a situação real, de alto risco para o País, do cerco quase total dos recursos públicos por interesses privados, nem sempre defensáveis. O setor financeiro, a mídia, o Banco Central e parcela do setor produtivo agem como se estivessem todos diante de um balcão, a cobrar da política econômica juros altos sem limite e benefícios fiscais sem-fim, e o governo tivesse a obrigação de atendê-los, documenta o noticiário dia após dia. O preço do atendimento às demandas privadas inclui, entretanto, a ampliação e a perpetuação das iniquidades, além do aprofundamento das disfuncionalidades da economia brasileira.

"Há uma guerra histórica de determinados setores dos meios de comunicação e do mercado sobre a utilização dos recursos do orçamento. O que me deixa preocupado é que as mesmas pessoas que falam que é preciso parar de gastar são as que têm 546 bilhões de reais de desoneração de folha de pagamento e de isenção fiscal sem qualquer contrapartida. Ou seja, são os ricos que se apoderam de uma parte do orçamento do País", disparou Lula na entrevista. O presidente disse ter ficado "perplexo" diante do montante de benefícios fiscais para os abastados, enquanto o governo se vê forçado a discutir cortes da ordem de 10 bilhões, e men-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 36

Tecnologia. Como a IA impulsiona as pequenas empresas

Queda de braço. Lula e Haddad são cobrados por corte nos gastos, enquanto Campos Neto mantém os juros nos píncaros

MARCELO CAMARGO/ABR E JOSÉ CRUZ/ABR

cionou as isenções concedidas à agricultura, de 60 bilhões de reais. "Vai jogar isso em cima de quem? Do aposentado, do pescador, da dona de casa, da empregada doméstica? Não. Então eu quero discutir com seriedade." Dias antes da entrevista à CBN, em conversa com jornalistas na Itália, onde participou de uma reunião do G-7, o grupo dos maiores PIBs do planeta, o petista desautorizou a discussão incipiente no governo sobre a mudança no piso constitucional da saúde e da educação.

O presidente citou números positivos de geração de empregos, aumento da renda e dos investimentos internos e estrangeiros e destacou: "Nós só temos uma coisa desajustada no Brasil neste instante, é o comportamento do Banco Central. Não demonstra nenhuma autonomia, tem lado político e trabalha muito mais para prejudicar o País do que para ajudar, porque não tem explicação a taxa de juros do jeito que está". Lula mencionou o fato de Roberto Campos Neto insinuar a própria candidatura a um cargo em uma eventual reeleição do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, durante homenagem ao presidente do BC. Uma atitude oposta à chamada liturgia do cargo, semelhante ao passo dado por Campos Neto pouco tempo atrás, quando propôs a antecipação da discussão a respeito da própria sucessão.

> **Lula: Só há uma coisa desajustada na economia, o comportamento do BC**

Lula perguntou se o presidente do BC iria repetir o papel do juiz Sergio Moro, de "paladino da Justiça com o rabo preso a compromissos políticos". Após a entrevista do presidente, a Comissão Mista de Orçamento aprovou um requerimento do PT de convocação de Campos Neto para explicar, entre outros aspectos, sua atuação política e possíveis conflitos de interesse.

"O que o mercado fez? colocou o orçamento como um fim, não como um meio. O orçamento é um instrumento de gestão, portanto, é um meio. Tanto que Keynes propôs tirar do orçamento o investimento corrente, porque ele é o regulador da economia. Isso não aparece no debate econômico, muito menos na mídia", afirma o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, consultor editorial e colunista desta revista.

A construção do orçamento ao longo da história, prossegue Belluzzo, como uma peça de exposição pública do uso dos recursos é importante. É um compromisso que o Estado assume em relação à alocação de recursos que recebe dos contribuintes, para demonstrar como destina o que acumula na forma de impostos. Tornou-se, ao longo do tempo, cada vez mais público, mas aqui no Brasil inventaram o orçamento secreto, uma contradição em termos. Talvez a característica principal do orçamento seja não ser secreto, mas público. "O orçamento secreto deve ter sido ardilosamente construído nas casamatas do Arthur Lira. Até nos países mais conservadores do ponto de vista fiscal não se vê um fenômeno desses. É um retrato da política no País."

O orçamento existe precisamente para impedir o que acontecia lá atrás, no período do feudalismo, quando João Sem Terra pegava o dinheiro dos impostos e gastava do jeito que queria, sublinha Belluzzo, em referência ao monarca inglês que reinou de 1199 a 1216 e impôs uma tributação altamente onerosa, cobrando impostos cada vez mais elevados, sem benefícios para os súditos. "O que se tenta fazer com a privatização do Orçamento é, de certa forma, uma refeudalização da economia."

As pressões se intensificaram há uma semana, quando setores produtivos encabeçados pelo agronegócio apertaram o cerco ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e conseguiram derrubar a Medida Provisória que buscava preencher a lacuna de 20 bilhões de reais na receita tributária provocada pela desoneração de 17 setores da economia. A MP, que durou oito dias, visava ainda corrigir uma distorção na sistemática do PIS/Cofins que levava empresas a receber recursos do Estado como se fossem uma subvenção governamental.

O centro da apropriação privada do orçamento é o Congresso, deixaram claro consultores parlamentares, procuradores e economistas reunidos em seminário sobre a função da peça como instrumento das políticas governamentais e o papel do Executivo e do Legislativo, realizado na Câmara dos Deputados. O País vive "um parlamentarismo orçamentário sem freios" em que se opera "a revisão das vinculações que amparam os direitos fundamentais sem qualquer reflexão sobre as renúncias fiscais", criticou Élida Graziane Pinto, do Ministério da Procuradoria de Contas de São Paulo. Segundo a procuradora, o planejamento é protocolar, a execução é abusiva e está sujeita à captura pelos fornecedores interessados em vender o seu produto. "Comprar *kit* de robótica para escola que não tem água tratada é uma despesa

Em 12 meses, os gastos com juros da dívida somaram 776 bilhões de reais

discricionária que tem de ser impugnada na prestação de contas. Comprar material apostilado enquanto tem criança fora das creches tem de ser glosado pelo Tribunal de Contas. Estamos agora repetindo o que em 1993 foi o escândalo dos Anões do Orçamento", disparou.

Conforme dispositivo da LDO deste ano, que o governo vetou e os deputados derrubaram, empenhos de emendas podem ser feitos sem licença ambiental e sem projeto de engenharia. "Vai-se comprometer o gasto público com uma despesa que provavelmente não terá a menor condição de ser executada, porque não tem os elementos mínimos para tanto", frisou Vinicius Leopoldino do Amaral, consultor do Senado. Além disso, haverá um prazo mínimo de três anos para que as condições suspensivas, como são chamados esses impedimentos, sejam sanados. Um empenho feito neste ano para uma obra sem licença ambiental e sem licença de engenharia, só a partir de 2027 é que será possível cobrar, e eventualmente desfazer, cancelar este empenho para essa obra, que já não exibiu os mínimos sinais de viabilidade no ano em que foi empenhada", ressaltou.

Há um conjunto de situações alarmantes. O grande cavalo de batalha da LDO de 2023, só agora concluído, diz Amaral, é o cronograma de emendas. O Congresso tem pleiteado um cronograma antecipado para a execução. "É quase como se a despesa mais importante do orçamento fossem as emendas, porque elas teriam prazo para ser empenhadas, para ser pagas. São prazos estreitos, que farão com que as emendas escapem de um eventual contingenciamento. Ou seja, há um privilégio de execução dessas emendas, em ano eleitoral." O consul-

Parlamentarismo. O Congresso tornou opaco o orçamento

Alívio. Os investimentos em saúde estavam ameaçados pela proposta de mudança no piso constitucional, mas Lula vetou a ideia

BRENO ESAKI/SS/GOVDF E ARQUIVO/AG. CÂMARA

tor acrescenta: "É preocupante, pois agora temos um direito orçamentário geral, para as despesas comandadas pelo Executivo, e outro regime, especial, com diversos privilégios, para as emendas parlamentares. Não parece que este seja o modelo preconizado pela Constituição".

Nas transferências especiais, sublinha Graziane Pinto, com esse modelo sem planejamento, sem plano de trabalho, de o dinheiro chegar direto na ponta, não ser tão rastreável, é muito difícil. "Nos Tribunais de Contas estaduais e municipais, a nossa capacidade de refinar essa informação sem ter um filtro prévio é muito árdua. Ainda mais tendo a indicação direta de CNPJ, sem a previsão de licença ambiental, de um projeto de engenharia", esclarece. "Já acumulamos mais de 14 mil obras paradas. Parlamentar adora inaugurar placa. Se a gente não tivesse feito aquela recuperação do artigo 45 da LRF de priorizar as obras em andamento e a conservação do patrimônio público, seria uma engrenagem, desculpem, de risco, não estou sugerindo que já seja consumado, de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Por isso o escândalo dos Anões do Orçamento, de 1993, vem à memória."

O mal da insistência do presidente do BC em manter sem justificativas suficientes o maior juro real do mundo fica claro na síntese apresentada pelo economista José Luiz Pagnussat, professor da Escola Nacional de Administração Pública: neste ano, o BPC vai custar 105 bilhões de reais. A projeção no relatório do segundo bimestre do orçamento com educação é 146 bilhões, com saúde em 199 bilhões, com todos os programas da assistência social 278 bilhões. O grande gasto, contudo, é com juros, despesa financeira. "Só nos últimos 12 meses gastamos 776 bilhões. Somando educação, assistência social, saúde e 80 bilhões das políticas ligadas a trabalho e assistência aos desempregados, temos o gasto financeiro, gasto com juros, superior à soma de todos esses valores. O aumento de 1% na taxa de juros da política monetária gera o gasto equivalente ao Bolsa Família." A ideia que persiste nas diversas regras fiscais, aponta o consultor parlamentar Pedro Garrido, é tirar dinheiro de políticas públicas, definidas pelo processo democrático brasileiro, via Congresso e sanção pelo presidente da República, ou até por emendas constitucionais, que criaram esses gastos. "Aponta-se que existe um grande problema fiscal no Brasil, a ser resolvido por meio da diminuição real das despesas. Querem "limar" esses gastos, principalmente os sociais", ressalta. •

IAliada

TECNOLOGIA A Inteligência Artificial impulsiona as empresas de todos os tamanhos

POR ALLAN RAVAGNANI

O cenário dos pequenos negócios no Brasil tem observado transformações rápidas e significativas com a ascensão da Inteligência Artificial. A tecnologia, até recentemente restrita às grandes corporações, hoje está ao alcance dos microempreendedores, oferecendo uma série de ferramentas capazes de revolucionar a maneira como as empresas de pequeno porte operam, competem e crescem.

Logo pela manhã, antes mesmo de abrir as portas, um pequeno comerciante pode contar com a IA para gerenciar seus estoques, prever demandas e até mesmo interagir com clientes nas redes sociais. Assistentes virtuais, *chatbots*, robôs que usam Inteligência Artificial para se comunicar por texto, e soluções automatizadas tornaram-se indispensáveis para otimizar as operações e proporcionar um atendimento rápido e personalizado. No centro dessa revolução está a capacidade da IA de executar tarefas repetitivas e, assim, liberar tempo para os empreendedores focarem no que realmente importa: inovação, produtos e expansão.

De acordo com Alexandre Rodrigues, especialista em neurociências aplicadas a negócios, a eficiência é uma das principais vantagens do uso da Inteligência Artificial por pequenas empresas. Em seu livro *Domine Seu Negócio com IA*, Rodrigues destaca que a automação de tarefas rotineiras pode economizar um tempo precioso, permitindo aos empresários se concentrar nas decisões estratégicas. Além disso, a personalização do atendimento ao cliente, com respostas rápidas e precisas, estimula a fidelização.

Além de melhorar a comunicação e economizar tempo, no marketing a personalização de campanhas é aprimorada, ajustando as mensagens e ofertas de acordo com os interesses específicos de cada cliente. Mais: a redução de custos operacionais é alcançada por meio das soluções automatizadas, o que torna os negócios mais ágeis e competitivos.

> **Ao se livrar de tarefas repetitivas, o empreendedor pode concentrar-se nas decisões estratégicas**

A Fintalk, *startup* brasileira que utiliza IA para otimizar canais de atendimento, é um exemplo de como a tecnologia pode ser um divisor de águas. Segundo Luiz Lobo, cofundador, o uso dos recursos tem proporcionado uma redução de 40% nos custos de atendimento ao cliente e um aumento de 30% nas vendas. A capacidade da IA de entender o português coloquial, com suas gírias e regionalismos, torna a interação mais natural e eficiente, humanizando o atendimento e aumentando a satisfação do cliente.

Implementar uma estratégia de IA requer, no entanto, planejamento e conhecimento. A Microsoft sugere cinco pontos-chave para a adoção eficaz da tecnologia: identificar lacunas de dados, personalizar a aplicação de acordo com cada função na empresa, investir na formação dos funcionários, construir

SNACK TRACK E ISTOCKPHOTO

confiança nas tecnologias utilizadas e identificar novos hábitos e áreas de oportunidade. Cada um desses passos é decisivo para garantir uma transição suave e produtiva para um ambiente de trabalho mais automatizado.

Laurent Delache, presidente da Foundever, acredita que a IA dá suporte às pequenas empresas em diversas frentes, da segmentação de público para campanhas de marketing à otimização de processos internos, como o gerenciamento de inventário e a previsão de demanda. A combinação de IA e análise de dados tende a transformar as decisões operacionais, permitindo que pequenas empresas sejam mais ágeis e competitivas. Além disso, companhias que utilizam Inteligência Artificial em suas operações diárias relatam um aumento na eficiência e produtividade, destacando a tecnologia como um investimento valioso.

Os benefícios não param por aí. A Dialog, *startup* que lidera o setor de comunicação interna no Brasil, utiliza IA para otimizar a produção de conteúdo e analisar o sentimento dos funcionários em tempo real. Seu presidente, Hugo Godinho, explica que a tecnologia agiliza os processos de comunicação interna e também proporciona *insights* valiosos que podem ser usados para melhorar o clima organizacional e a satisfação dos colaboradores.

Rubens Daniel, diretor de inovação do Getronics Group para a América Latina, reforça a importância de implementar a Inteligência Artificial com o suporte de parceiros experientes. Ele alerta que, apesar do potencial transformador, muitas empresas ainda não estão preparadas para adotar a tecnologia de forma eficaz. A parceria com especialistas pode ser decisiva para aproveitar ao máximo os benefícios da ferramenta, evitando erros comuns e otimizando os resultados.

VIGILANTE DO PESO

A IA no controle do consumo de calorias

Com 30 quilos a mais ganhos durante a pandemia, aos 19 anos Rafael Cabral decidiu que precisava perder peso. Procurou uma nutricionista e começou a se exercitar. Apesar dos esforços, o resultado não apareceu na balança. Ele precisava de ajuda para calcular as calorias ingeridas ao longo do dia. O nativo digital nem cogitou anotar em um caderno tudo o que comia, na internet também não encontrou aplicativos intuitivos e de fácil utilização.

A dificuldade levou Cabral, em parceria com o amigo Gabriel Lima, um ano mais novo, hoje ambos com 22 e 21 anos, respectivamente, a desenvolver a ideia de associar a IA a um aplicativo de uso global (WhatsApp) para contar calorias. Estudantes de Ciência da Computação no Instituto de Tecnologia e Liderança (Inteli), faculdade sem fins lucrativos, os parceiros criaram um sistema que reconhece fotos de alimentos enviadas pelos assinantes do serviço via conversa de WhatsApp. A IA identifica cada item separadamente, mede as proporções, consulta uma tabela nutricional elaborada pela Faculdade de Nutrição da USP e retorna ao usuário com as respostas completas de quantos carboidratos, calorias, proteínas e gorduras foram consumidos naquela refeição. O programa, batizado de Snack Track, está em fase beta para interligar nutricionistas e pacientes, relatando as refeições e hábitos alimentares durante um período, para que a avaliação seja mais rápida e completa. "É a hiperpersonalização do serviço", afirma Cabral, apontando que a compilação dos dados economiza um tempo precioso da nutricionista e possibilita maior atenção aos pacientes.

Controle. Cabral e Lima, criadores do Snack Track

Garoto problema

EUA Hunter Biden volta a causar constrangimentos ao pai em meio à turbulenta corrida presidencial

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Os Estados Unidos vivem hoje um momento surreal. Em um intervalo de dez dias, o país conheceu em detalhes a condenação do ex-presidente Donald Trump em 34 acusações de falsificação de registros financeiros para ocultar os pagamentos a uma ex-atriz pornô. Logo depois, Robert Hunter Biden, o filho-problema de Joe, foi pego pela Justiça por conta de três crimes relacionados ao porte de arma. Trump, primeiro ex-presidente norte-americano sentenciado, tem outros três processos pela frente, bem mais complicados, aliás. Hunter, até outubro, enfrentará outro julgamento, dessa vez por acusações de evasão fiscal, mas a saga jurídica do filho de Biden é mais confusa, complexa e prolongada.

Empresário e advogado, Hunter está na mira dos republicanos desde quando Donald Trump era presidente. O filho mais novo do democrata há tempos vive altos e baixos provocados pela dependência química. Ansioso por minar a candidatura do adversário, Trump nomeou o promotor federal David Weiss para vasculhar a vida e as finanças de Hunter. O resultado da varredura iniciada há cinco anos conseguiu levar o empresário ao banco dos réus e à condenação por um júri popular em 11 de junho passado.

A promotoria conseguiu provar que, em outubro de 2018, o filho-problema foi a uma loja de armas em Wilmington, Delaware, para comprar um revólver e preencheu um formulário no qual negava o uso ilegal de drogas e a dependência química. Esses dois pontos são alguns dos poucos impeditivos para a compra de armamentos. Ao longo do julgamento, que contou com a presença constante da primeira-dama Jill Biden, os promotores federais conseguiram provar que Hunter havia mentido.

Além da primeira-dama, ao menos oito integrantes da família Biden estiveram presentes no tribunal para apoiá-lo. Entre eles, os tios Jimmy e Valerie Biden Owens e a irmã Ashley. Relatos de quem esteve presente na Corte afirmam que, embora os detalhes do vício do empresário tenham surpreendido e até alimentado sordidamente parte da audiência, era notória a dor profunda dos parentes que, na verdade, reviveram um antigo e angustiante drama familiar.

Ao contrário de Trump, que soube da sentença dois dias depois das audiências, Hunter foi considerado culpado pelos jurados em apenas três horas. Após a deliberação, a primeira-dama deixou o tribunal segurando a mão do enteado. No mesmo dia, durante uma entrevista coletiva à margem da cúpula do G-7, na Itália, Biden reiterou seu apoio ao caçula: "Estou extremamente orgulhoso do meu filho. Ele superou um vício, é um dos homens mais brilhantes e decentes que conheço". O presidente assegurou ainda que acatará o resultado. "Estou convencido de que não farei nada. Eu disse que cumpriria a decisão do júri e vou fazer isso. E não vou perdoá-lo", garantiu, ao ser questionado sobre a possibilidade de dar ao filho o perdão presidencial, pois os crimes pelos quais Hunter foi condenado são de âmbito federal. Ainda na Itália, Biden reorganizou sua agenda rapidamente e voou para sua casa, em Delaware, onde encontrou Hunter ainda na pista de pouso e o abraçou.

Na sequência da declaração e do comportamento de Biden, foi inevitável a comparação entre as condutas dos dois candidatos à Presidência na eleição a ser disputada em novembro. A postura do democrata diverge completamente do comportamento de Trump, que não apenas criticou o resultado do próprio julgamento e atacou pratica-

> **O presidente, candidato à reeleição, fez questão de apoiar o filho publicamente**

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 40

Entrevista. Israel perdeu a credibilidade, diz Alain Gresh

Vício. Hunter foi condenado por omitir o uso de drogas no formulário de compra de uma arma de fogo

ANNA MONEYMAKER/AFP

mente todos os aspectos do processo legal, inclusive os próprios advogados, como deu a entender que considera um autoperdão, caso vença a corrida presidencial e volte à Casa Branca.

Assim como em 2020, Hunter está na mira dos republicanos. Se antes era visto ora como bode expiatório por uns, ora como calcanhar de aquiles por outros, neste ano, sobretudo diante da derrota no tribunal, volta à baila. Há três semanas, tanto o comitê da campanha democrata quanto os assessores de Trump tentam compreender o impacto da condenação do filho caçula de Biden no curso da eleição. Com o veredicto de Hunter, a assessoria do ex-presidente tentou mudar o foco do debate nacional. Em um comunicado, fez alegações, sem provas, sobre os supostos negócios estrangeiros da família. "Este julgamento nada mais foi do que uma distração dos crimes reais da Família do Crime Biden, que arrecadou dezenas de milhões de dólares da China, Rússia e Ucrânia." À medida que a campanha avança, Trump dá sinais de que vai usar a condenação de Hunter para reforçar a ideia de que os Biden são uma família criminosa, envolvida em esquemas de corrupção e narcóticos e que não são confiáveis. O republicano abordará questões relacionadas aos negócios de Hunter, forçando Biden a defender as ações da sua família e potencialmente colocá-lo na defensiva. Terá sua primeira chance de desafiar o opositor no próximo dia 27, durante o primeiro debate na rede de televisão CNN.

Por sorte de Biden, Trump não é nenhum santo e por mais bizarro que possa soar, a condenação de Hunter pode tornar-se um ponto positivo no sentido de que retira dos republicanos o argumento de que o empresário seria protegido pela Casa Branca. A favor do democrata conta também o fato de a opinião pública considerar genuína a postura de pai acolhedor, sobretudo em um país devastado pela epidemia de drogas e opioides. O fato de Biden não abandonar o filho, nem quando Hunter teve problemas com as drogas no passado nem agora, mostraria o quanto ele é leal e verdadeiramente amoroso. Inegavelmente, pontos importantíssimos para qualquer cidadão, sobretudo se ele almeja comandar a nação. •

Gosto de derrota

ENTREVISTA Para o jornalista Alain Gresh, especialista em Oriente Médio, a violência israelense é sinal de fracasso

A LENEIDE DUARTE-PLON, DE PARIS

Desde a guerra de 1967 e a ocupação por Israel de Jerusalém Leste, de Gaza e da Cisjordânia, o jornalista Alain Gresh cobre o conflito entre palestinos e israelenses. Ex-redator-chefe do *Le Monde Diplomatique*, Gresh fundou o *site Orient XXI*, bússola para quem quer entender a região. Autor de vários livros sobre o Oriente Médio, o jornalista, por muito tempo importante quadro do Partido Comunista Francês, acaba de lançar mais uma obra, *Palestine – Un Peuple Qui Ne Veut Pas Mourir*, tema desta entrevista.

CartaCapital: Por que este conflito é

AMMAR ABDRABBO/MOFA/DOHA FÓRUM E OMAR AL QATTA/AFP

Sem moral. O massacre em Gaza afeta a credibilidade de Tel-Aviv, afirma o jornalista

tão complexo e desperta tantas paixões?

Alain Gresh: Por ser, ao mesmo tempo, complexo e simples. Pelo direito internacional aceito por todo o mundo, há territórios ocupados desde 1967 por Israel e neles o Estado Palestino deveria ser criado. Há uma ocupação e desde seu início, em 1967, houve 50 resoluções da ONU, do Conselho de Segurança, nunca aplicadas por uma simples razão: os Estados Unidos oferecem uma proteção total a Israel e os europeus fazem o mesmo. Logo, não há sanções a Israel para impor o direito internacional. Isso é importante, pois este conflito é global. A Palestina é muito pequena comparada a outros países, mas, ao mesmo tempo, é uma disputa emblemática entre o Ocidente e o resto do mundo, pois mostra que o direito internacional, para o Ocidente, só se aplica quando se trata dos interesses ocidentais, não pelo próprio direito. A melhor prova é o que se passa na Ucrânia. Houve medidas de sanções à Rússia, o Ocidente envia armas. Mas, no caso do povo palestino, recusa-se o direito à resistência. E a consequência é que, quando o Ocidente faz apelo ao direito internacional, não tem mais credibilidade.

CC: Sobretudo com os países do Sul Global?

AG: Quando os ocidentais se dirigem aos países do Sul que condenaram a intervenção russa, para lhes pedir que apliquem sanções contra Moscou, eles respondem: "Compreendemos seus interesses geopolíticos, mas não é pelo direito internacional que vocês lutam. Vocês invadiram o Iraque em 2003, vocês aceitam a ocupação da Palestina etc.". Os países do Sul Global se sentem próximos das reivindicações dos palestinos. Por que o problema é tão sensível? Em parte, por estar ligado ao que se costuma chamar de "a questão judaica". Para muitos, o Estado de Israel é o herdeiro do Holocausto, de certa forma, e os europeus têm um sentimento de culpa. Seja a França, seja a Alemanha, muitos países participaram do Holocausto, mas o paradoxo é que eles tentam fazer os palestinos pagar por um problema que não é deles.

CC: Qual será o desfecho desta guerra assimétrica?

AG: É difícil dizer, estamos em uma guerra sem-fim. Excetuando o conflito de 1948 e 1949, nenhuma outra contenda entre Israel e os países árabes ou entre Israel e os palestinos durou tanto tempo. A invasão do Líbano por Israel, em 1982, durou três ou quatro meses. Estamos numa situação de drama permanente. Os massacres continuam, apesar de todas as declarações da Corte Internacional de Justiça, da Corte Penal Internacional. A credibilidade de Israel se deteriora, vemos mobilizações populares no mundo inteiro, inclusive com sanções da parte de alguns países, sobretudo na América Latina, que chegaram a romper relações com Israel. Isso tem consequências para a respeitabilidade israelense. Mas, enquanto os norte-americanos e os europeus continuarem a lhe dar um guarda-chuva moral e ideológico, Israel não vê razões para parar.

CC: Israel é uma teocracia ou uma democracia no estrito sentido do conceito?

AG: Para os cidadãos judeus, é uma democracia com todos os limites de todas as democracias, nenhuma é perfeita. Uma democracia defende um certo número de direitos dos cidadãos, ainda

> "A segurança baseada na força não é eficaz no longo prazo"

que depois do 7 de outubro os ataques à liberdade de expressão tenham se multiplicado. Mas há um pluralismo político, uma Justiça mais ou menos independente. Nesse ponto de vista, é uma democracia. O problema não é a relação com a religião. É a relação com os palestinos. Não é uma democracia total porque um povo que oprime outro povo não pode ser um povo livre. É simples assim.

CC: Israel, que se considera uma democracia, não permite a israelenses de origem palestina comprarem terras, protege os colonos que destroem casas palestinas, mantém palestinos em prisão administrativa sem processo. Israel caminha para se tornar uma teocracia com religiosos no governo Netanyahu?

AG: O problema é que é difícil definir o que é um judeu e mais difícil ainda o que é um "Estado judeu". A maior parte daqueles que construíram o Estado de Israel era laica, muitos eram ateus. O que é um Estado judeu? Certo é que, depois da guerra de 1967, viu-se o desenvolvimento de uma corrente religiosa e nacionalista, muitas vezes isso está associado, outras não. Pensam que Deus deu aquela terra aos judeus. É um nacionalismo puro, segundo o qual os judeus são os herdeiros de um império de 3 mil ou 4 mil anos atrás e que seus direitos são superiores aos dos outros, um nacionalismo étnico muito forte. Isto é de fato o mais perigoso, vê-se a influência deles aumentar. Mas não podemos superestimar essa influência, que existe porque os outros partidos não são de oposição. Hoje há um consenso popular e político de 80% dos israelenses que pensam que é justo matar de fome os palestinos. Benny Gantz, que acaba de deixar o gabinete de guerra, e Yaïr Lapid também não são contra a operação em Gaza.

CC: Onde está a esquerda israelense?

AG: A esquerda anticolonial sempre foi fraca. Está mais fraca ainda. Há um jornal como o *Haaretz*, de centro-esquerda, e o jornal *+972*, que tem uma orientação anticolonial, há também o que se chama de bloco anticolonização. Mas o 7 de outubro foi um grande golpe. Reforçou a ideia de que a paz não é possível, que "os árabes só entendem à força, são incivilizados". Todo mundo em Israel tem um amigo, um parente morto ou ferido no 7 de outubro e isso alimenta o desejo de vingança. Ao mesmo tempo, o ataque é uma prova cabal de que Israel não é um refúgio para os judeus do mundo, que a segurança baseada na força não é eficaz no longo prazo. Eles podem esmagar os palestinos hoje, mas a realidade é que no território histórico da Palestina há 8 milhões de judeus israelenses e 8 milhões de palestinos. E os israelenses não sabem o que fazer, é um dos fracassos do sionismo. Eles conseguiram criar Israel, mas fracassaram na solução do problema palestino.

CC: Rony Brauman, ex-presidente do Médicos Sem Fronteira, disse numa entrevista que Israel é "um gueto superarmado". O senhor diz que essa segurança não é suficiente...

AG: Diz-se também que Israel é um exército que tem um Estado. O peso das Forças Armadas é muito grande. Há uma mentalidade que transparece de que não querem se integrar na região, pois se integrar significa fazer concessões.

CC: A começar por igualdade entre todos os cidadãos.

AG: Exatamente.

CC: No livro, o senhor informa que há mais de 3 mil palestinos nas prisões de Israel. Eram 1,2 mil antes do 7 de outubro. A sociedade israelense aceita esse desvio do direito ou os cidadãos desconhecem esses números?

AG: Eles sabem. Houve um período, os últimos dez anos, no qual os israelenses podiam viver sem ver os palestinos. De vez em quando, havia uma guerra em Gaza, mas Gaza era longe. De vez em quando, havia uma incursão na Cisjordânia, mas os israelenses não viam nada. E a mídia israelense não os ajuda a ver nada disso. Ela tem aspectos democráticos, debates, podem insultar o primeiro-ministro, mas há uma linha vermelha que não se pode ultrapassar, os militares. Quando há um comunicado das Forças Armadas, ele é aprovado e reproduzido nos jornais.

CC: Neste momento os jornais estão sob censura.

> **"O direito internacional só se aplica quando se trata dos interesses do Ocidente"**

Interesse. No novo livro, Greish, que cobre a região desde os anos 60, esgrima argumentos irrefutáveis

JACK GUEZ/AFP

AG: Sempre há censura, mas existe um consenso sobre as Forças Armadas. É preocupante. Não sei se você conhece a história das leis adotadas pelos britânicos, em 1945 e 1946, para lutar contra o terrorismo sionista. À época, os sionistas haviam organizado grandes manifestações contra essas leis e conto em um dos meus livros que havia um sionista, depois ministro da Justiça de Israel, que disse: "Nem os nazistas ousaram inventar uma lei como esta". Logo após o Estado de Israel ser criado, adotaram essas mesmas leis.

CC: Desde 7 de outubro, a mídia e os homens públicos na França fazem o processo político dos deputados do partido *La France Insoumise* por suas posições. Cobram o uso da palavra "terrorismo" para qualificar os crimes do Hamas. A filósofa norte-americana Judith Butler teve uma conferência anulada sob a pressão dos *lobbies* sionistas, por ter ousado falar de "ato de resistência" sobre o 7 de outubro. O que significa isso tudo?

AG: Desde a guerra de 1967, quando comecei a acompanhar o conflito, nunca vi uma situação semelhante, uma tal pressão para minar a credibilidade de quem tem uma opinião diferente.

CC: Pode-se falar de clima de histeria?

AG: Sim, há esse clima. Alguns canais de tevê têm esse papel de impor um certo discurso. Era impossível ter uma discussão racional. Pode-se condenar o Hamas e pensar que é uma organização monstruosa, mas tentar entender sua origem. Cerca de 40% da população da Cisjordânia e de Gaza votou no Hamas. Se houvesse eleições hoje, ele ganharia com 60%. É preciso compreender a origem disso. Sempre contestei o termo terrorismo. Pode-se dizer: "Terrorismo é atacar civis por objetivos políticos". Mas há objetivos políticos. Uma organização não utiliza o terrorismo como uma estratégia, como um objetivo, ela utiliza uma tática. Os movimentos de libertação da Argélia utilizaram porque eram muito fracos. Não é uma guerra entre dois exércitos equivalentes. É um conflito entre grupos e uma das Forças Armadas mais poderosas do mundo. Neste contexto, o terrorismo é utilizado porque existe um contexto de bloqueio de toda perspectiva política. Gaza está sob embargo total de Israel há quase 20 anos. Quem tem 30 anos de idade não conheceu outra situação. Não tem perspectiva, existe um desespero. Quando vêm propor aos jovens a luta armada, eles têm a impressão de que isso vai salvá-los. •

O dobro ou nada

TheObserver Macron aposta o futuro da França nas eleições legislativas antecipadas

POR JON HENLEY, DE PARIS

São 20 horas de domingo, 7 de julho. As seções eleitorais acabam de fechar após o segundo turno das eleições legislativas francesas – a votação mais importante da história do país – e as primeiras estimativas aparecem nas telas de tevê. O presidente Emmanuel Macron perdeu a aposta. O Rassemblement National (Reagrupamento Nacional – RN) de Marine Le Pen mais que triplicou o número de deputados na Assembleia Nacional e chegou a 290 cadeiras, maioria absoluta. O próximo governo da França será de extrema-direita.

Conforme as pesquisas atuais, esse talvez não seja, por pouco, o resultado mais provável da votação que ocorrerá a menos de três semanas do início dos Jogos Olímpicos de Paris, quando os olhos do mundo estarão voltados para a França. Mas, certamente, poderia ser. O RN tem energia, e Macron está nas cordas. Depois de obter um recorde de 31%, mais que o dobro da chapa do presidente francês, nas eleições parlamentares da União Europeia, as primeiras pesquisas sugerem que o partido poderá ganhar até 265 assentos. Não precisaria de muito para ultrapassar o limite. “Em grandes áreas da França, especialmente fora das grandes cidades, em quase todos os segmentos da população – sexo, faixa etária, profissão –, o RN registra agora pontuações recordes”, resumiu Jérôme Fourquet, do instituto de pesquisas IFOP. “Para muitos eleitores, é apenas um partido como qualquer outro.” Rym Momtaz, especialista europeu do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, baseado em Paris, observou que o desempenho do partido de extrema-direita melhorou em todas as eleições desde 2017 e bateu recordes nas duas mais recentes. “Isto pode acabar muito feio.”

Mesmo uma maioria estreita daria ao RN consideravelmente mais influência e forçaria o presidente Macron a buscar alianças quase impossíveis, num Parlamento muito mais hostil e fraturado, para formar um governo perenemente vulnerável a votos de desconfiança. Le Pen e Jordan Bardella, o presidente do Rassemblement National, telegênico e amigo do TikTok, de 28 anos, ainda não publicaram um manifesto, na intenção de manter a porta aberta pelo maior tempo possível a possíveis alianças de direita no período que antecede a eleição. Mas uma declaração política foi distribuída aos candidatos, e as autoridades sugeriram que o programa provavelmente será um cruzamento entre o manifesto eleitoral europeu e a plataforma de campanha nas eleições nacionais de 2022, que lhe conferiram 89 assentos.

> Segundo as primeiras pesquisas, o partido de Le Pen saltaria de 89 para 265 cadeiras no Parlamento

O folheto de uma página dos candidatos descreve suas prioridades, encabeçadas por custo de vida, imigração e segurança. Para além da promessa de reduzir as faturas de energia e o IVA sobre a eletricidade, o gás e o óleo para aquecimento, a maioria das promessas não é específica. Sobre a imigração, afirma que um governo liderado pelo RN “reduzirá drasticamente a imigração legal e ilegal”. No que diz respeito à segurança, terá como objetivo “pôr fim à leniência judicial com infratores e criminosos”. Promete também “combater a concorrência desleal” para os agricultores, aumentar o apoio à saúde pública, “acabar com a burocracia para famílias e empresas”, “cortar os custos da imigração” e “reduzir fraudes em benefícios e fiscais”. No exterior, vai “defender a soberania e os interesses da França”.

“Obviamente, o programa do RN será aplicado”, disse Le Pen recentemente. “Nosso roteiro será a série de propostas que fizemos no passado à população francesa, e que nos parecem essenciais, sobre poder aquisitivo, segurança e imigração.”

Até agora, muito vago. As promessas do partido para 2022 eram mais específicas: expulsar mais migrantes, impedir o reagrupamento familiar, dar preferência aos cidadãos franceses em empregos, benefícios e habitação social e expulsar os imigrantes desempregados há mais de um ano. Defendia privatizar a rádio e a televisão públicas francesas, promessa repetida agora, e instaurar uma “presunção de legítima defesa” para os agentes envol-

Pagar para ver. Le Pen alavanca Bardella, o *baby face* do extremismo. Macron, em uma jogada de alto risco, apela à razão dos eleitores

RAPHAEL ATTAL E LUDOVIC MARIN/AFP

vidos em casos de suposta violência policial, destinada a "restaurar a autoridade e aumentar o moral". O objetivo era devolver a idade de aposentadoria de 64 para 62 anos (60 para aqueles que começaram a trabalhar aos 16 ou 17), oferecer um empréstimo de 100 mil euros, o equivalente a 580 mil reais, sem juros, para incentivar a compra da casa própria, reduzir o imposto sobre herança para muitos e isentar os menores de 30 anos do Imposto de Renda. Juntamente com as reduções planejadas pela legenda no IVA so-

bre a energia e outras medidas, como a renacionalização das autoestradas francesas, os economistas em 2022 avaliaram o golpe para as finanças públicas em 120 bilhões de euros por ano, ante apenas 18 bilhões de euros em poupanças.

O RN propôs financiar esse gigantesco aumento dos gastos públicos por meio da tributação dos altos lucros empresariais e as poupanças dos seguros de vida, bem como pela retenção de algumas contribuições para o orçamento da União Europeia, mas o grupo de estudos Instituto Montaigne estimou o custo líquido provável em mais de 3,5% do PIB. As associações industriais afirmaram que os planos do RN são "incompatíveis com a competitividade e a prosperidade do nosso país" e aumentariam ainda mais a dívida de 3,2 bilhões de dólares, cerca de 17 bilhões de reais, da França. O atual ministro das Finanças, Bruno Le Maire, alertou para um "cenário à Liz Truss", em referência à ex-primeira-ministra britânica.

Se perder, Macron terá poderes limitados para deter o avanço da agenda extremista

Le Pen reconheceu "restrições" sobre o que o partido pode fazer no governo sem um presidente solidário, enquanto Bardella disse que "escolhas terão de ser feitas" e a reforma das aposentadorias poderá ter de esperar por "uma segunda fase". O RN viu os próximos anos como uma "preparação" para sua entrada no Palácio do Eliseu em 2027, disse Le Pen ao canal de tevê TF1, antes de reconhecer que algumas medidas, incluindo um referendo sobre imigração para permitir muitas de suas regras de "preferência nacional", ainda não seriam possíveis. Crucialmente, várias das medidas propostas, entre elas a maioria dos seus planos de "preferência nacional" e possivelmente a redução do Imposto de Renda para menores de 30 anos, serão provavelmente consideradas inconstitucionais e exigiriam uma reforma da Carta Magna. Isso seria problemático numa "coabitação" com um presidente relutante: mudar a Constituição da França exige maioria de três quintos nas câmaras Baixa e Alta combinadas, ou aprovação num referendo que só pode ser convocado pelo chefe de Estado.

Por convenção – e porque não querem ver seu governo derrubado por um voto de desconfiança ou por uma moção de censura do Parlamento –, o presidente nomeia um primeiro-ministro e um gabinete que terá o apoio da maioria na Câmara Baixa.

Divisão. Jovens protestam contra a ascensão da extrema-direita, que promete aos policiais o "excludente de ilicitude"

SEBASTIEN SALOM-GOMIS/AFP E OLIVIER CHASSIGNOLE/AFP

A França passou por várias "coabitações" em anos anteriores – quando o presidente está num campo diferente do Parlamento e do governo. "Mas nunca houve uma disputa entre dois políticos tão opostos ideologicamente quanto Macron e Le Pen", avalia Mujtaba Rahman, da consultoria Eurasia Group. "A Constituição da França é ambivalente e não foi testada em tal situação. Nas coabitações anteriores, ambas as partes respeitavam os mesmos princípios fundamentais. O programa de Le Pen, se ela tentasse impô-lo, entraria em conflito quase total com aquele de Macron." O atual presidente é centrista, pró-empresas, pró-Europa, pró-Ucrânia. Le Pen é nacionalista, populista, anti-UE e amiga de Moscou. Os planos de migração de Le Pen violariam as leis europeias de direitos humanos, disse Rahman, e suas preferências nacionais são incompatíveis com a adesão ao mercado único da União Europeia.

A Constituição francesa afirma claramente que o primeiro-ministro "dirige a ação do governo e assegura a execução das leis". Cabe ao governo a maior parte da política interna, enquanto a política externa e de defesa ficam principalmente sob responsabilidade do presidente do país. Isso significa que áreas políticas fundamentais, como as pensões, o auxílio-desemprego, a educação, os impostos, a imigração, a nacionalidade, o emprego público, a lei e a ordem e a legislação trabalhista ficariam todas sob a alçada de um Parlamento e de um governo dominados pela extrema-direita.

Embora os presidentes franceses gozem de poderes consideráveis em comparação com muitos outros chefes de Estado, se o RN tiver uma maioria estável, terá margem suficiente para implementar muitas de suas políticas: os primeiros-ministros "coabitantes" anteriores aprovaram medidas às quais os presidentes se opunham, entre elas as 35 horas de trabalho semanais e a reprivatização de empresas estatais. E mesmo se Macron mantivesse, ao menos em teoria, o controle da política externa, como a continuação do apoio francês à Ucrânia, ainda precisaria da aprovação do Parlamento para financiar o futuro apoio a Kiev como parte do orçamento francês.

Há uma certa medida que o presidente poderia tomar para restringir as ações de um governo liderado pelo RN. "Ele não tem poder de veto", observou Rahman, mas pode recusar-se a assinar decretos governamentais e atrasá-los, encaminhando-os para um conselho constitucional independente. Os juristas acreditam, no entanto, que o conselho provavelmente defenderia o direito do governo de pôr em prática muitas partes de sua agenda interna – e os governos também podem, como fez Macron, usar poderes constitucionais especiais, como o artigo 49.3, para aprovar leis. O presidente ainda tem, é claro, o direito de se dirigir à nação ao vivo na televisão, e poderia usá-lo para atacar constantemente um governo liderado pelo RN, embora, como apontam muitos analistas, sua popularidade esteja agora tão reduzida que é duvidoso avaliar quanta influência isso teria.

Evidentemente, não há certeza de que o RN obterá a maioria, ou mesmo se será capaz de formar uma maioria em aliança com outros. O resultado mais provável, segundo as pesquisas de opinião e a maioria dos especialistas, é mais um Parlamento suspenso. Mas de qualquer forma a França enfrentará alguns anos difíceis. •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

A voz da cultura

ENTREVISTA Após um ano e meio à frente do MinC, Margareth Menezes garante que a pasta extinta por Bolsonaro se reergueu

A ANA PAULA SOUSA

Escolhida pelo presidente Lula para assumir o Ministério da Cultura (MinC) logo no início do governo, Margareth Menezes, cantora de sucesso e gestora cultural na Bahia, chegou à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para cuidar de uma pasta que havia sido extinta e reorganizar uma estrutura que havia sido extremamente fragilizada.

Na sexta-feira 14, passado um ano e meio de sua chegada ao MinC, Margareth conversou com *CartaCapital*, por Zoom, de seu gabinete. Dona de um sorriso gentil, ela manteve, durante a conversa, a postura da busca pelo entendimento e da escuta e desviou-se de qualquer polêmica ou embate.

CartaCapital: Como tem sido a experiência de ser ministra, ao longo deste ano e meio?
Margareth Menezes: Para mim, num primeiro momento, foi surpreendente, porque eu não estava esperando nem imaginando isso. Mas, ao mesmo tempo, me senti entusiasmada com o desafio de poder trazer, para um ministério em fase de reconstrução, minha experiência como um agente real do setor da música. São 40 anos de carreira, e eu tive, por exemplo, de criar meu próprio selo para poder gravar. Isso foi me dando alguma maturidade no entendimento do setor.

A vitória do presidente foi muito importante para nós, do setor cultural, que estávamos estrangulados por tantos ataques – ataques que partiam do lugar de onde deveria vir uma proteção. Quando cheguei, comecei a entender melhor o Ministério da Cultura e compreender do que é formado o sistema MinC. Nada nesse sistema foi criado aleatoriamente – as políticas de patrimônio, de museus, de direitos autorais, tudo isso foi criado por uma necessidade da sociedade. Mas o *modus operandi* anterior era o de ir, cada vez mais, destruindo as políticas culturais e o próprio ministério. Então, o momento em que cheguei foi um pouco assustador. Ao chegar ao prédio, encontrei um clima meio sorumbático, uma coisa meio entristecida.

Nosso primeiro movimento foi reconstruir esse sistema, trazendo pessoas, e eu, pessoalmente, me coloquei no lugar de aprendizado. Não se tratava de criar, mas de retomar. A desconstrução começou em 2016 e, quando chegamos, tudo estava praticamente parado – as próprias redes sociais do MinC mal existiam. Tivemos de reativar a Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural; reconstruir o programa Cultura Viva, uma política exitosa que tem 20 anos; fortalecer a Secretaria do Audiovisual, que hoje é a bola da vez, dado o ambiente da indústria cinematográfica e dos *streamings*. Nossa força-tarefa, com todos os secretários, foi reinstalar esse ambiente com uma força de trabalho 20% menor que em 2016 e retomar o diálogo com o setor e com a sociedade. Agora estamos consolidando os marcos regulatórios. A falta desses marcos desequilibra a saúde do setor.

> “Ao chegar ao prédio, encontrei um clima meio sorumbático, uma coisa entristecida”

CC: Por falar em marcos regulatórios e audiovisual, temos, no Congresso Nacional, dois Projetos de Lei que tratam da regulação do Vídeo sob Demanda. O governo posiciona-se a favor de algum dos PLs – o da Câmara, de autoria de um deputado do PT, ou o do Senado?
MM: Nossa posição é a de que a regulação é que tem de acolher o direito autoral e o direito patrimonial da produção independente nacional. Sem regulação, o setor não consegue criar relações equilibradas. Mas nós queremos acolher a todos, entendendo a dimensão das atividades dos *streamings*, dos radiodifusores e da produção independente. O amadurecimento do debate é importante porque

Ações afirmativas. A ministra promete trabalhar pela incorporação dos povos indígenas e das comunidades quilombolas como públicos e produtores de cultura

REDES SOCIAIS, FILIPE ARAÚJO/MINC E VICTOR VEC/MINC

as leis vão incidir na sociedade. Estamos falando de uma economia real. Queremos uma regulação que seja acolhedora, mas também garanta os direitos da produção nacional. Os *streamings* estão aqui disputando autorias e temas nacionais que hoje fazem sucesso lá fora – mas, por exemplo, fazem contratos em língua estrangeira.

CC: No caso de dois marcos do setor no século XXI, a MP 2228-1, de 2001, e Lei da TV Paga, de 2011, o governo encampou as leis, empenhando-se para aprová-las. Como o MinC pretende agir nessa discussão?

MM: Estamos agindo desde 2023. A secretária (do Audiovisual) Joelma Gonzaga tem feito um trabalho de escuta e de defesa da produção nacional. Não é fácil porque são vários interesses, e uma legislação não é uma imposição – ela envolve *lobbies* – e nós também convivemos com o fato de que o ambiente é diferente do de anos atrás. O estica e puxa faz parte da democracia.

CC: Já que estamos falando de lei, queria entender os desafios, do ponto de vista do ministério, das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que disponibilizaram um volume imenso de recursos para municípios que não tinham estrutura para lidar com isso.

MM: Essas leis esbarraram, justamente, na falta de estrutura e de continuidade de implementação do sistema cultural. Esses recursos chegaram a cidades que nunca tinham tido oportunidade de receber um investimento direto do Ministério da Cultura. Então, é missão do ministério executar essas leis. Temos um atendimento 24 horas para ouvir os gestores. Fizemos e seguimos fazendo caravanas. Até 2027, teremos 3 bilhões de reais a ser distribuídos via Lei Aldir Blanc, para todas as cidades – e o Cultura Viva vai receber 20% disso. É um ambiente totalmente novo. O Sistema Nacional de Cultura (sancionado em abril), que é como um SUS, vai definir as responsabilidades de cada ente federado. Esperamos que isso possa gerar economia criativa nessas cidades. A cultura, sabemos, tem um aspecto simbólico, mas também econômico. Teremos um estudo para mostrar o retorno de cada real investido por meio dessas leis. A cultura gera emprego, renda e desenvolvimento.

CC: Você falou da economia criativa. Na primeira metade do século XX, a cultura aparecia muito ligada à educação e à ideia dos Estados nacionais. No começo do século XXI, Gilberto Gil falou em fazer um *do-in* antropológico, que tem a ver com o Cultura Viva, inclusive. Você citou a economia criativa, que virou uma secretaria durante

o governo Dilma Rousseff. Neste momento, me parece que a política cultural está cada vez mais ligada às políticas afirmativas. Qual é, na sua visão, o principal papel de um ministério da Cultura em 2024? Ou o que você pretende deixar como legado ou marca?

MM: A gente ouve falar em economia criativa, mas nunca houve um ambiente para de fato orientar o setor nessa direção. E as duas coisas andam juntas: olhar para a economia e dar acesso a todos os cidadãos. As políticas afirmativas trazem acessibilidade, acolhimento às populações LGBTQIA+, aos povos indígenas, aos povos dos quilombos. Isso é necessário porque é o papel do governo ampliar e abraçar esses cidadãos que existem como públicos e como produtores de cultura. As políticas afirmativas têm o objetivo de fazer com que as políticas cheguem a todos. Minha marca? Acho que esta é a primeira vez que a política de nacionalização é feita nessa dimensão, com Rouanet Favelas, Rouanet Região Norte... Em cinco anos, houve estados da Região Norte sem um projeto sequer beneficiado pela Lei Rouanet. Estamos também em franco diálogo com as empresas, não só as estatais, para que elas possam usar a contrapartida da lei de fomento, que existe há 30 anos. A Lei Rouanet vem amadurecendo dentro do tempo. O dinheiro que ela mobiliza volta para a economia brasileira, e volta potencializado em vários aspectos.

> “A falta de marcos regulatórios desequilibra a saúde do setor cultural”

CC: A busca pela mobilização das empresas está na própria origem da Lei Rouanet e foi tentada outras vezes. Por que agora isso daria certo?

MM: Temos tido respostas positivas. Está começando a haver uma consciência da potência que é a cultura brasileira. Não é o Ministério que tenta convencer, são as empresas que estão convencidas. Temos tido pedidos de reunião de empresas querendo vir ao MinC. Nossa busca é deixar um setor mais protegido em seus direitos e garantir que mais pessoas tenham acesso às políticas de cultura. A dimensão de São Paulo e Rio de Janeiro é enorme, mas isso não quer dizer que nas regiões Norte e Nordeste não haja um setor cultural com potencial econômico. Estamos também com uma política com o Ministério da Educação, para que volte a ter aula de Artes no ensino médio.

CC: No último ano, não ouvi quase ninguém falando mal da Lei Rouanet... O que aconteceu?

MM: Procuramos trabalhar sobre isso: fazer uma Instrução Normativa e um decreto e buscar dar mais transparência à execução da lei. Isso tudo traz mais segurança jurídica e administrativa, assim como o Marco Regulatório do Fomento (em trâmite no Congresso). Procuramos dar essa seriedade ao processo e defender os trabalhadores e trabalhadoras da cultura. Somos um país onde muita gente precisa de emprego, e o setor cultural é uma possibilidade de trabalho. Por menor que seja um show, tem gente trabalhando para que aquele artista esteja no palco.

CC: Por falar nisso, você está com saudade de fazer shows?

MM: Vou estar de férias e vou aproveitar para retomar um pouco. É a minha alma, né? Fiquei a pandemia toda parada, retomei um pouquinho, e aí chegou logo o ministério. O ministro Gilberto Gil já traçou régua e compasso de como podemos fazer isso, e, nas férias, estarei trabalhando novamente como artista.

CC: Para finalizar, queria tratar de uma certa percepção, do meio cultural, de que a pasta dá uma ênfase talvez excessiva às pautas afirmativas. Essa visão a respeito da sua gestão, e da secretária Joelma, pode ter a ver com o fato de vocês serem duas mulheres negras?

MM: O Ministério da Cultura tem entregado tantas coisas... As políticas afirmativas são um fio nisso tudo e elas têm o objetivo de acolher a todos. Sugiro que se observem as verdades a respeito disso. •

Carreira musical. Margareth chegou a criar o próprio selo para poder gravar discos

Na corda bamba do equilíbrio fiscal

IDEIAS Um livro reúne um valioso conjunto de textos escritos ao longo de três décadas pelos criadores do Plano Real

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Enrascada nas obsessões com o equilíbrio fiscal, a alma dos economistas brasileiros poderia ousar uma aventura pelos caminhos (e descaminhos) do Plano Real.

Organizado por Gustavo Franco, o livro *30 Anos do Real* exibe artigos de Pedro Malan e Edmar Bacha publicados entre 1996 e 2024. A coletânea inicia a caminhada em 1996 e oferece ao leitor um valioso conjunto de indagações (e respostas) de três autores do Plano a respeito da trajetória político-econômica do Real. Faltou André Lara Rezende.

Em sua concepção essencial, o Plano Real seguiu o método básico utilizado para dar fim à maioria das "grandes inflações" do século XX: recuperação da confiança na moeda nacional pela garantia de seu valor externo.

Um dos exemplos é a economia alemã, que sucumbiu à impossibilidade de gerar as divisas necessárias para honrar as reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes. A fuga sistemática do marco para o dólar e a libra disparou a hiperinflação e não escassearam analistas de prestígio, como o italiano Brescianni-Turroni, dispostos a acusar o Reichsbank de destempero monetário. A "âncora" para escapar das maldições da hiperinflação repousou na estabilização da taxa de câmbio nominal, garantida pelo financiamento em dólares feito pelo Banco Morgan.

"Os mercados internacionais de capitais encontravam-se em um estado de grande abundância, o que nos permitiu conduzir uma política cambial sem a qual a estabilização não teria sido alcançada com tanta facilidade", assinala Gustavo Franco. "Pouca gente se lembra de que o Real começou sua existência num regime de flutuação cambial exatamente como o de hoje. Em tempos de abundância, todavia, a flutuação não deu muito certo e nos levou às bandas cambiais, que nos serviram muito bem até a violenta mudança meteorológica ocorrida em meados de 1998."

30 ANOS DO REAL: CRÔNICAS NO CALOR DO MOMENTO

Gustavo H.B. Franco (org.), Pedro Malan e Edmar Bacha.
Intrínseca (224 págs., 69,90 reais)

Franco faz referência à sobreliquidez que embalou a entrada de dólares nos países castigados pela crise da dívida externa. A recessão americana prolongou-se até meados de 1992 e se juntou ao estouro da bolha especulativa japonesa para impor grande lassidão às políticas monetárias nos Estados Unidos e no Japão. O propósito era tornar possível a digestão dos desequilíbrios no balanço patrimonial de empresas, bancos e famílias.

No momento da reforma monetária, graças às intervenções salvadoras nos Estados Unidos e no Japão, as reservas brasileiras galgaram o valor de 40 bilhões de dólares, correspondente a 18 meses de importação, mais do que suficiente para amparar a fixação do câmbio como instrumento da política de estabilização. A partir daí, até a crise de 1998/1999, as reservas chegariam a quase o dobro do último valor, sustentando e renovando a aposta na ancoragem cambial. No momento do Plano, o superávit comercial era de 13,3 bilhões de dólares e o déficit em transações correntes, de apenas 592 milhões de dólares.

Os responsáveis pelo programa brasileiro escolheram um regime de conversibilidade limitada, com taxa de câmbio semifixa. Nos primeiros meses, as autoridades permitiram uma forte valorização da taxa nominal de câmbio, visando a uma convergência mais rápida entre a taxa de inflação doméstica e a dos EUA – o que de fato ocorreu. Após uma acelera-

ção inflacionária motivada pela "corrida" de reajustes para chegar "alinhado" no momento da anunciada conversão à nova moeda, a inflação despenca em julho de 1994, chegando a registrar, em dezembro, menos de 1% no índice geral de preços.

No entanto, a mesma valorização cambial que amparou a desinflação rápida ampliou o componente da formação da taxa de juros que se correlaciona com as expectativas de desvalorização do câmbio. O governo procurou regular essa expectativa definindo uma política de ajuste gradual do câmbio.

No Natal de 1994, foi publicado na *Folha de S.Paulo* o artigo "Os riscos da valorização cambial", assinado por mim e Paulo Nogueira Batista. Dizíamos: "A problemática sobrevalorização cambial não parece ser um 'erro de pilotagem', nem um subproduto indesejado da política de estabilização. Trata-se, aparentemente, de uma peça central do programa do governo... essas circunstâncias colocam o programa de estabilização brasileiro em dependência muito estreita da disponibilidade abundante de financiamento externo. Ora, os fluxos financeiros que abastecem nosso balanço de capitais são extremamente voláteis... uma valorização duradoura acaba levando à perda de posições conquistadas nos mercados do exterior e à desarticulação dos setores que competem com importações, suscitando enormes dificuldades para o posterior ajustamento da economia".

Quando nasceu, o real precisou do amparo do dólar. Para ficar cravada no fundo do oceano ainda encapelado na ressaca da hiperinflação, a âncora contou com a força da Selic, que, entre 1995/1998, pagou 22% ao ano, em termos reais, para segurar a grana nas fronteiras nacionais. Sacudida pelas crises do México, Ásia e Rússia, a taxa básica foi aos píncaros às vésperas da desvalorização de 1999. Na iminência do enfraquecimento da âncora, exorbitaram as taxas de juro. Não adiantou, a âncora desgarrou-se.

ZÉ PAULO CARDEAL

Às voltas com a inflação. Gustavo Franco é o organizador do volume que mostra as aventuras e desventuras de uma política econômica

Depois do *default* russo, a aversão ao risco assumiu formas agudas. Nesse momento, as reservas brasileiras eram de 70 bilhões de dólares. O Fundo Monetário Internacional exigiu o de sempre: ajuste fiscal, metas rigorosas para o crédito líquido doméstico e limites para o endividamento externo de curto prazo.

O mercado ficou dividido. Uma fração majoritária percebeu que esse *monstrum vel prodigium* da tecnocracia global teria vida curta. Outros remaram contra a maré. Apesar disso, intensificaram-se os ataques contra a cidadela enfraquecida do emergente em dificuldades. Depois de uma perda de 45 bilhões de dólares de reservas, as forças de mercado desvalorizaram o real. •

Grife. Everett leciona na Universidade do Sul da Califórnia e foi finalista do Booker Prize e do PEN/Faulkner

O humor como força motriz

The Observer Percival Everett, o autor do livro que deu origem ao filme *Ficção Americana*, retorce o gênero policial para tratar de linchamentos e racismo

POR ANTHONY CUMMINS

Percival Everett, 67 anos, publicou mais de 30 livros, dentre eles *Glyph,* uma sátira à teoria literária; *Telephone,* que foi lançado simultaneamente em três diferentes versões; e *Erasure,* sobre um autor negro que, irritado pelas expectativas de como deveria ser a ficção afro-americana, adota um pseudônimo para escrever um romance parodicamente corajoso. O livro deu origem ao filme *Ficção Americana* (2023), uma das sensações da última temporada do Oscar e disponível na Amazon Prime Video.

A revista *The New Yorker* chamou Everett de "moderno, analítico e decididamente original… ele se destaca na prática incansável de ousadias extraordinárias". Com *As Árvores* – lançado agora pela Todavia no Brasil –, foi finalista do Booker Prize e do PEN/Faulkner.

O livro é uma novela policial retorcida, centrada numa série de assassinatos terríveis e aparentemente sobrenaturais de pessoas brancas ocorridos no Mississippi. À altura do lançamento de *As Árvores* no Reino Unido, Everett falou ao *Observer* de Los Angeles, onde leciona na Universidade do Sul da Califórnia.

The Observer: O que o levou a escrever um romance sobre linchamentos?

Percival Everett: Concluí o texto pouco antes do início da Covid-19. Estava trabalhando nele havia um ano, mas a ideia era algo que rondava a minha cabeça o tempo todo. O núcleo da narrativa era uma música: o cantor *country* Lyle Lovett fez uma versão da tradicional canção *Ain't No More Cane,* de Bob

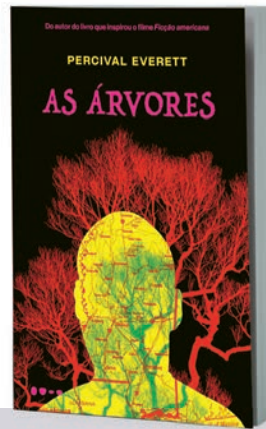
Dylan, e combinou-a com outra música, chamada *Rise Up*. Certa manhã, estava escutando essa canção antes de ir jogar tênis e pensei: “Ah, aí está o meu romance: e se todo mundo “se levantasse”? Tornou-se uma espécie de ideia zumbi, mas eu não gosto de zumbis, então a história se transformou no que se transformou. Embora eu raramente diga o que qualquer um de meus romances significa, uma coisa que considero verdadeira é que há uma distinção a ser feita entre moralidade e justiça: e a justiça pode nem sempre parecer moral para nós. E esse pensamento é assustador.

TO: Como você escolheu o tom frequentemente cômico do livro?

PE: Seria muito fácil escrever um romance sombrio e denso sobre linchamentos que ninguém leria. Na literatura, tem de haver um elemento de sedução. O humor é uma ferramenta fantástica. É possível usá-la para as pessoas relaxarem e, a partir daí, você pode fazer o que quiser com elas. O absurdo da desatenção em torno do assunto foi a força propulsora da comédia, mas minha novela tanto gira ao redor de estereótipos quanto revela a verdade do linchamento. Fico feliz em dizer que irritei muitas pessoas com meu estereótipo dos personagens brancos. Alguém, numa entrevista, fez alguma objeção sobre isso e minha resposta foi: “Bom, como você se sente?” Quando comecei o livro, disse para minha mulher (*a escritora Danzy Senna*): “Não estou sendo justo com os brancos”, e então eu disse: “Ora, foda-se!” Simplesmente, fiz o que quis.

TO: Em vários pontos, o romance dá informações aos leitores que não conhecem a história. Você achou isso necessário?

PE: É preciso fazer isso: os Estados Unidos têm um grande talento para esconder suas próprias transgressões.

MICHAEL AVEDON

AS ÁRVORES

Percival Everett.
Tradução: André Czarnobai. Todavia
(352 págs., 84,90 reais)

Meus alunos (*na Universidade do Sul da Califórnia*) têm muito pouco conhecimento da Guerra do Vietnã, por exemplo. Se eu quiser falar com eles sobre isso, tenho de desvendar os códigos do período. Dou um curso sobre cinema do Oeste americano. Dez anos atrás, todos os meus alunos tinham visto algum tipo de faroeste. Hoje, creio que não há um único aluno, entre os meus 20, que tenha visto um faroeste. Toda a mitologia cultural presente no Oeste americano, aquilo que seus pais leram quando cresceram, não está disponível para eles. Por isso, estão aprendendo de novo.

TO: Sua sátira das expectativas racistas da cultura literária, em *Erasure*, ainda fala fortemente, mais de 20 anos depois, a jovens escritores negros como Brandon Taylor, que apresentou sua recente reedição. Isso é desanimador?

PE: Quando publiquei meu primeiro romance, *Suder* (1983), sobre um jogador de beisebol, lembro-me de um artigo que dizia: “Onde estão os outros escritores negros?” Os escritores com os quais me associo são todos 15 anos mais velhos – John Edgar Wideman, Charles Johnson, Clarence Major –, então realmente havia uma escassez. Agora, quando vejo o trabalho de escritores como Mat Johnson e Victor LaValle, percebo um escopo mais amplo. Mas lembre-se que estamos falando de ficção literária nos Estados Unidos. Se você vende 20 mil livros, é fantástico. Se eu fosse músico e vendesse 20 mil unidades, nunca mais gravaria. A forma como você marca a cultura (*como escritor*) é completamente diferente. Isto, sim, é desanimador.

TO: Você conheceu o escritor experimental Robert Coover na Universidade Brown nos anos 1980. Ele o influenciou?

PE: Nunca estudei com ele, embora nos tenhamos tornado amigos e continuemos sendo. Ele ainda trabalha (*aos 92 anos*) e está, intelectualmente, em constante movimento, o que é uma constante inspiração para mim. Muitos romancistas experimentais experimentam apenas por experimentar, mas, se isso não acrescenta significado, não me interessa. O único motivo pelo qual cheguei a esta forma de arte é porque me interessa brincar com o modo como se constrói o significado. Meu agente disse: “Você poderia ganhar muito mais se escrevesse o mesmo livro algumas vezes”. Não sou capaz disso, mas adoraria escrever um romance que todos odiassem. “Você leu o novo romance de Percival?” “Cara, eu odiei.” “Eu também!” •

> “Fico feliz em dizer que irritei muitas pessoas com meu estereótipo dos personagens brancos”

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Esporte e política

▶ As falas de Vini Jr. contra o racismo e as de Mbappé contra a extrema-direita francesa reforçam a importância do posicionamento de atletas de ponta

As últimas semanas nos ofereceram excelentes oportunidades para enfrentar – e contradizer – a máxima de que esporte e política não se misturam. Se misturam, sim, e isso é bom.

Aos movimentos contra a sordidez do Projeto de Lei dos estupradores juntaram-se as manifestações de Vinícius Jr. contra o racismo e as de Mbappé contra a direita reacionária pelo mundo.

Não é demais lembrar que, pela primeira vez na história do futebol espanhol, os torcedores de um time – o Valencia – foram condenados à prisão pela prática de atos racistas.

"Não sou vítima de racismo. Eu sou algoz de racistas", disse Vini Jr., do Real Madrid, depois da decisão da Justiça espanhola.

No domingo 16, Kylian Mbappé, capitão da seleção francesa e estrela do Paris Saint-Germain pediu, em uma entrevista coletiva concedida na Alemanha, que os jovens compareçam às urnas para evitar a vitória da extrema-direita.

Depois disso, 160 atletas franceses publicaram uma carta conjunta no jornal esportivo *L'Equipe* para pedir uma "mobilização" geral contra a ameaça política que paira sobre o país.

Esta é uma boa hora para reforçarmos a necessidade de esportistas destacados, com seu poder de comunicação e influência, se colocarem lado a lado com seus iguais nos caminhos da evolução da humanidade contra o conservadorismo, o preconceito e a obscuridade das falsas notícias.

A um mês do início dos Jogos Olímpicos de Paris, maior evento de confraternização humana ligado ao esporte, acompanhamos, aqui no Brasil – que atravessa um outono quente e castigado pelas chuvas –, os infindáveis imbróglios envolvendo o futebol.

Refiro-me especialmente às polêmicas do caso Dudu, em sua transferência do Palmeiras para o Cruzeiro, e da arbitragem do jogo entre o Atlético Mineiro e o mesmo Palmeiras, com a expulsão de Hulk e Paulinho.

Dudu está em negociação com o Cruzeiro e há um acordo assinado entre ambas as equipes. Falta, no entanto, a assinatura do jogador de 32 anos.

Logo de início, me impressionou o anúncio da possível transferência do atleta, dada a sua importância para o elenco do Palmeiras.

Dudu deve ter ficado incomodado com a reserva, depois de longo período como titular, e se entusiasmado com uma proposta vantajosa em termos de valores e tempo de contrato.

Conforme noticiado pelo *site* Globo Esporte e pelo *Lance!*, depois do anúncio da transferência, houve reuniões entre pessoas que cuidam da carreira do atleta, além de um encontro do jogador com a Mancha Verde.

E assim, após o acerto entre as três partes e o anúncio da contratação, Dudu comunicou sua desistência. A trapalhada provocou irritação geral.

A situação criada deixou o jogador em maus lençóis e gerou uma reação destemperada de dirigentes da "Raposa", que anunciaram a desistência definitiva da contratação.

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, em entrevista concedida ao GE, insistiu em dizer que vai atuar, como sempre, de modo racional e transparente, priorizando os interesses do clube.

Na entrevista, ela cravou: "Pelo Palmeiras, ele está vendido".

No caso da confusão pelas expulsões, principalmente do capitão Hulk, ainda no primeiro tempo de Atlético Mineiro *vs.* Palmeiras, na arena MRV, deu encrenca para todo lado.

O jogador recebeu dois cartões amarelos, em sequência, do árbitro Rodrigo José Pereira de Lima, por reclamação.

O cartão vermelho aplicado ao jogador foi supercriticado e alimentou as desconfianças que vêm sendo incensadas por John Textor, dono da SAF do Botafogo. •

Vozes. Os jogadores do Real Madrid e do PSG merecem elogios

BAPTISTÃO, RAFAEL RIBEIRO/CBF E SARAH MEYSSONNIER/AFP

redacao@cartacapital.com.br

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000

Maconha, infartos e AVCs

▶ Um estudo realizado nos EUA demonstra que fumar maconha diariamente ou quase todos os dias aumenta o risco de desenvolver doenças cardiovasculares

O consumo de maconha tem aumentado no mundo inteiro. De 2002 a 2019, a prevalência na população dos Estados Unidos cresceu de 10,4% para 18%. Nesse período, a prevalência entre os que a consumiam todos os dias ou quase diariamente triplicou – foi de 1,3% para 3,9%.

Ao mesmo tempo a percepção de que fumar maconha pode fazer mal à saúde caiu de 50% para 28,6%, da população. Em outras palavras, três em cada quatro pessoas acham que é uma droga inofensiva, uma erva natural que não vicia nem afeta a saúde.

Enquanto foi considerada droga ilícita, a maconha não teve liberdade para ser submetida ao rigor das pesquisas científicas.

Só nos últimos anos, com a legalização do uso medicinal e recreacional na Europa e nos Estados Unidos, começamos a entender melhor os mecanismos moleculares responsáveis pela ação psicoativa e as reações adversas associadas a ela.

Trabalhos mais recentes têm mostrado as repercussões psiquiátricas do uso compulsivo, a relação com complicações pulmonares – entre as quais o câncer de pulmão – e cardiovasculares, como infarto do miocárdio e acidente vascular cerebral (AVC).

Há vários motivos para suspeitar que fumar maconha esteja ligado às doenças cardiovasculares, a principal causa de óbitos entre nós:

1. Existem receptores para endocanabioides espalhados pelas células do sistema circulatório inteiro.
2. É sabido que o tetrahidrocanabiol, o componente ativo da maconha, causa alterações hemodinâmicas que podem levar à síncope, ao infarto do miocárdio e ao AVC.
3. A inalação do material particulado que alcança os pulmões do fumante de maconha faz aumentar esse risco.
4. Em ratos fumantes passivos de maconha ocorrem reações inflamatórias nas células das paredes internas dos vasos (endotélio), que são precursoras da doença cardiovascular.

Como fumar tabaco é prática frequente entre usuários de maconha, os estudiosos sempre encontraram dificuldade para discriminar os malefícios causados por ambos, separadamente. A falta de dados levou muitos a jogar a culpa exclusivamente no cigarro convencional.

O *Journal of the American Heart Association* acaba de publicar um grande inquérito populacional sobre esse tema. Realizada em 27 estados e dois territórios americanos, no período de 2016 a 2020, a pesquisa reuniu mulheres e homens com idades de 18 a 74 anos.

O objetivo foi o de analisar uma possível associação de maconha com doenças cardiovasculares – como infarto do miocárdio, derrame cerebral e doença coronariana – entre usuários da droga e de cigarros comuns ou eletrônicos, e em pessoas que fumam maconha sem nunca ter fumado cigarros comuns ou eletrônicos.

O estudo avaliou 434.104 adultos que responderam a um questionário que procurou relacionar o número de cigarros de maconha fumados nos últimos 30 dias, com a incidência de eventos cardiovasculares. A prevalência dos que fumavam maconha todos os dias foi de 4% ante 7,1% entre os que não faziam uso diário.

O consumo diário ou quase diário de maconha levou a um aumento de 16% no número de casos de doença cardiovascular, 25% nos casos de infarto do miocárdio e de 42% nos casos de AVC. Esses aumentos na prevalência guardaram relação direta com o número de baseados consumidos nos 30 dias anteriores.

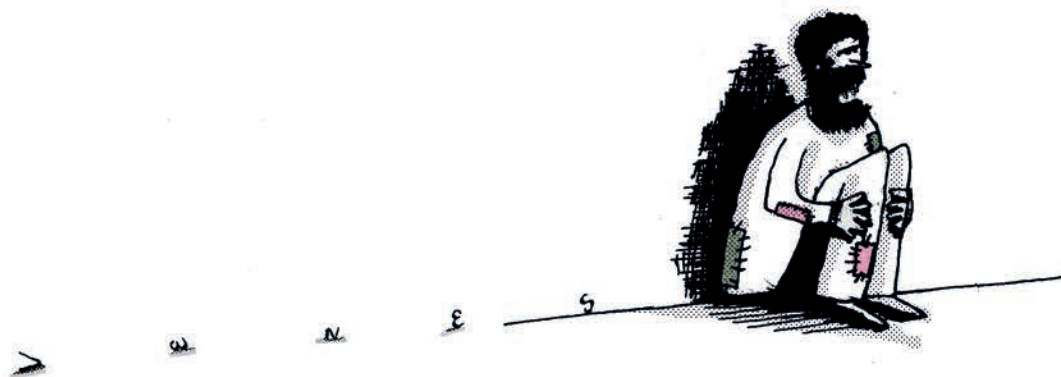
Entre os participantes que nunca foram fumantes de cigarros comuns ou eletrônicos os aumentos ficaram ainda mais expressivos: 49% no número de infartos e mais que o dobro dos casos de AVC. Os resultados foram semelhantes tanto em homens com menos de 55 anos quanto em mulheres com menos de 65 anos, idades em que esses eventos cardiovasculares são considerados precoces.

Conclusões desse inquérito com mais de 430 mil participantes: fumar maconha diariamente ou quase todos os dias aumenta o risco de desenvolver placas de aterosclerose nas artérias, ataque cardíaco e derrame cerebral. Quanto mais frequente é o uso, maior o risco. O risco mantém-se mais elevado mesmo em usuários que nunca fumaram cigarros convencionais ou eletrônicos.

Esses dados são importantes para que os usuários possam tomar decisões com base em informações confiáveis. O tempo em que maconha era considerada "uma erva natural que não faz mal nenhum" ficou para trás. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ABANDONO AFETIVO E MATERIAL
NÃO, NÃO PEDI UM TETO DE GASTOS!

As árvores são nossas grandes aliadas para uma vida melhor!

Saiba mais

Papel, cartão e papelão são fabricados a partir de celulose de árvores cultivadas.

O cultivo de árvores para a extração de celulose é uma atividade sustentável, que promove a preservação das florestas nativas.

Árvores cultivadas e colhidas regulamente fornecem matéria-prima para milhares de produtos indispensáveis para os seres humanos.

Pense nisso quando escolher um produto feito de papel, cartão ou papelão!

As indústrias de celulose e papel plantam mais de 1,5 milhão de árvores todos os dias.

Apoio: